



## SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

### ATA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### 1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2022;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

#### 2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - 5 lugares de estacionamento autorizado para pessoas com mobilidade condicionada;

2.3 - Aprovação da Proposta de Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas do Município de Nelas até ao termo do prazo legal para a apresentação de Contas dos anos de 2022 e 2023, pelo período de 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, nos termos e para os efeitos do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;

2.4 - Apreciação, nos termos do art.º 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira, do dia 30 de abril de 2022, votada por unanimidade, da proposta da criação da Freguesia de Aguieira, a concretizar pela desagregação da atual União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, em duas freguesias, uma da Aguieira e outra a de Carvalhal Redondo e seu posterior envio à Câmara Municipal para emitir parecer no prazo de 15 dias;

2.5 - Proposta de renovação da designação da Cidadã Sara Pereira Mestre Batista como Membro efetivo da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, por novo período de três anos, por ter expirado o período anterior;

2.6 - Relatório - Informação sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 30 de junho de 2022 – Conhecimento;

2.7 - Apreciação, nos termos do art.º 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Santar e Moreira, do dia 24 de setembro de 2022, votada por unanimidade, da proposta da criação da Freguesia de Moreira, a concretizar pela desagregação da atual União de Freguesias de Santar e Moreira, em duas freguesias, uma de Santar e outra de Moreira e seu posterior envio à Câmara Municipal para emitir parecer no prazo de 15 dias.

*O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:*

- Parece-me que temos quórum e, portanto, eu pedia à Senhora Primeira Secretária para fazer a chamada.

(A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

(Feita a chamada, registaram-se as faltas, consideradas justificadas, dos Senhores Deputados Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro e Nuno Daniel da Silva Pereira.)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhoras e Senhores Deputados,

Depois de vos saudar, quero também cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e o Público que está presente nesta Assembleia.

Há algumas questões formais que temos que superar no início desta Assembleia, uma delas e é a principal, é que há aqui uma comunicação da Senhora Segunda Secretária da Mesa a informar que pretende renunciar a este lugar, embora mantendo-se como Deputada Municipal. E ela está aqui, de facto, na primeira fila.

Ora, não é possível, uma vez que esta comunicação chegou apenas no dia 26, não foi possível diligenciar no sentido de proceder à sua substituição.

De maneira que, ou nós pedimos-lhe que ainda hoje se mantenha aqui e elegemos um novo Segundo Secretário na próxima Assembleia. Ou então fazemos, como habitualmente, chamamos alguém dos Senhores Deputados que queira vir aqui substituí-la, se, de facto, a D.<sup>a</sup> Maria José Cabral não quiser vir. Preferia que a substituísse já hoje? Já hoje.

Bem, embora o tempo tenha sido curto, com certeza. Já está aí a urna. Eu não sei se o Líder da Bancada da Coligação quer indicar alguém para substituir a D.<sup>a</sup> Maria José Cabral.

Senhor Deputado António Borges, também tem alguma sugestão a fazer? Não.

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhora Secretária,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhora e Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Estimado Público.

É assim: Quanto a isto, eu sugeria à Mesa da Assembleia Municipal que fizéssemos o seguinte, porque como foi tão extemporânea esta situação e nenhuma das Bancadas, tanto do PS, da CDU, do PSD, terem sido notificadas a tempo porque, realmente, a notificação, acha que devia ir, é do dia 26, penso eu, não houve hipótese de se organizarem para fazer alguma lista preponente para a substituição da Senhora Secretária, ou de um futuro, Senhor, ou Senhora Secretária.

E eu proponha à Mesa e à Assembleia o seguinte e visto que já foi feito de outras vezes, que hoje se convidasse alguém dos Deputados Municipais para assessorarem a Mesa e para que, numa futura reunião de Assembleia Municipal marcada e com um ponto na Ordem de Trabalhos, fazer a eleição de substituição da Segunda Secretária da Mesa. Se o Senhor Presidente assim o achar, eu proponho que seja feita uma votação à minha proposta.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. A sua sugestão vai de encontro ao que eu tinha proposto inicialmente. Não sei se alguém quer apresentar alguma sugestão. Se pretendem que eu chame alguém para desempenhar as funções de Segundo Secretário. Ou se procedemos à eleição hoje. Ou se deixamos isto para a próxima. Alguém se quer manifestar? Ninguém?

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Fiz uma proposta. Tem que ser votada.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Faz favor, alguém se quer inscrever para votação? Sim, que não houvesse hoje votação? Alguém se opõe a essa proposta? Ninguém se opõe. Deixam isso ao critério do Presidente da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Senhor Presidente, desculpe, é assim: Eu fiz uma proposta à Mesa. E fiz uma proposta para ser votada daquilo que explanei, de ser hoje nomeado alguém para o assessorar na Mesa e para que na próxima reunião de Assembleia Municipal seja agendado um ponto de votação de eleição de um Segundo Secretário. É a proposta que eu faço.

É assim: Eu solicito à Mesa que essa proposta seja colocada à Assembleia Municipal e que seja para votação: Ou Sim, Não, ou Abstenção. É o que eu peço.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, vá. Vamos abreviar isto. Exatamente. Quem vota contra? Quem se abstêm? Está aprovada por unanimidade. Portanto, Sr.<sup>a</sup> deputada Maria Antónia, importa-se de vir para a Mesa?

Então agora que temos a Mesa devidamente organizada, antes de entrar no primeiro ponto, gostaria de informar os Senhores Deputados que, nos termos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, há dois assuntos que nós tínhamos que incluir aqui no final que, pela sua urgência, entendo que devem ser apreciados.

Um deles é o Relatório semestral da situação financeira da Câmara Municipal, que chegou apenas penso que no dia 26 e não foi possível incluí-lo na Agenda. E o outro assunto, que eu considero ainda de mais urgência, que é a criação da Freguesia de Moreira.

Ora bem, há aqui um ponto, que é o ponto n.º 4, que trata da Apreciação da criação da Freguesia da Aguieira, é um processo que já veio aqui apenas como informação em 30 de junho e hoje temos aqui para o apreciar. E se a Junta de Freguesia de Santar tivesse também diligenciado a tempo da desagregação de Moreira, hoje também estaria incluído aqui.

Mas temos alguma urgência porquê? Porque, depois de o apreciarmos aqui na Assembleia, tem que ser enviado à Câmara Municipal para se pronunciar também no prazo de 15 dias e depois ser enviado à Assembleia da República. E o prazo termina a 24 de dezembro. E, portanto, poderemos não ter oportunidade de apreciar esta criação, ou recriação da Freguesia de Moreira. Quanto à criação da freguesia da Aguieira já está no ponto 4.

Se ninguém se opuser, então introduzíamos um ponto novo que é o ponto 6 da Ordem do Dia, relatório semestral, e o sétimo que é apenas a apreciação também da criação da Freguesia de Moreira. Alguém se opõe à inclusão destes dois pontos novos ao abrigo do artigo 50.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, em face da sua urgência? Parece que não.

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Senhor Presidente, é só um pedido de esclarecimento. Quanto à Junta de Freguesia de desagregação de Carvalhal Redondo/Aguieira, este ponto já foi à Câmara Municipal, ou não? É, para ser, desculpem, é que eu, nisso não tenho conhecimento, portanto, é muito recente e eu queria saber se é só para ser debatido na Assembleia Municipal, ou se primeiro tem que ser apreciado na Câmara e depois vir à Assembleia Municipal porque, se for isso, é diferente. Portanto, se é só na Assembleia Municipal, ok, tudo bem. Se não, há outras questões.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- A tramitação legal é assim: A Assembleia de Freguesia envia à Assembleia Municipal o projeto de desagregação para ser apenas apreciado por esta Assembleia. Depois de ser apreciado aqui é enviado à Câmara Municipal para, no prazo de 15 dias, emitir o seu parecer, devidamente instruído, com os mapas e com tudo que é exigido e ser enviado até 24 de dezembro à Assembleia da República.

A tramitação está cumprida. A Assembleia de Freguesia enviou à Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal irá apreciar. E depois de apreciado vai ser enviado, então, à Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Municipal para emitir o seu parecer e enviar à Assembleia da República. Portanto, está tudo esclarecido, entendo eu, ao Senhor Deputado. Está? Agora sim. Eu penso que esta Lei, que permite a desagregação, foi enviada aos Senhores Deputados com a documentação.

Então, podemos entrar agora, no ponto n.º 1 do Período de Antes da Ordem do Dia, que é - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2022. Os Senhores Deputados receberam a ata. Podemos discuti-la, se entenderem que sim. E, depois, aprová-la, Sim, ou Não. Então, há alguma sugestão que queiram apresentar relativamente à ata da Assembleia anterior? Não.

Então, eu iria perguntar: Quem é que se abstém? Dois Sr.s Deputados porque não estiveram, é isso? Três, que não estiveram. Faz favor de tomar nota de quem são as abstenções. Contra? Não há ninguém. Portanto, aprovada por maioria. Foi aprovada com três abstenções.

(A ata foi aprovada, por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções dos Senhores Deputados Maria José Cabral, Tiago Filipe Fonseca e Maria da Conceição Monteiro, por não terem estado presentes.)

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

Passamos ao ponto n.º 2 – Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 22 de junho de 2022, do Senhor Membro da Assembleia Tiago Filipe Almeida Fonseca informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão ordinária do dia 30 de junho de 2022 e solicita a sua substituição;

- E-mail, datado de 03 de julho de 2022, da Senhora Membro da Assembleia Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro informando que não esteve presente na última reunião da Assembleia Municipal, por estar ausente de Nelas;

- E-mail, datado de 12 de agosto de 2022, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convite para o VI Encontro Nacional de Autarcas, às 10:00 horas do dia 17 de setembro de 2022, no Pavilhão Cidade de Viseu, em Viseu;

- E-mail, datado de 2 de setembro de 2022, dos Autarcas Social Democratas – Convite para o 2.º Encontro Nacional, em Castro Daire, na tarde de 16 de setembro de 2022;

- E-mail, datado de 4 de setembro de 2022, da Associação Nacional de Assembleias Municipais- Webinar- dia 8 de setembro, 18:00 horas – O Novo Regime de Criação de Freguesias;

- E-mail, datado de 07 de setembro de 2022, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Programa para o VI Encontro Nacional de Autarcas, às 10:00 horas do dia 17 de setembro de 2022, no Pavilhão Cidade de Viseu, em Viseu;

- Ofício n.º 07/2022, datado de 01/09/2022, da Assembleia de Freguesia de Carvalhal Redondo – Envio de Minuta de Ata, para apreciação da Assembleia Municipal, relativa à desagregação de uma Freguesia, com vista à criação da Freguesia de Aguieira e posterior envio à Câmara Municipal de Nelas;

- Ata n.º 37, datada de 30 de abril de 2022, da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira.

- Ofício n.º 6524, datado de 19 de setembro de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 29 de setembro de 2022;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- E-mail, datado de 23 de junho de 2022, enviado ao Senhor Ernesto Esaú Dinis Marques da Fonte, convocando-o para a sessão ordinária de 30 de junho de 2022, em substituição do Senhor Membro da Assembleia Tiago Filipe Almeida Fonseca;

- Ofício n.º 14/2022, datado de 01 de julho de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 30 de junho de 2022;

- E-mail, datado de 01 de julho de 2022, enviado à Ex.m.ª Senhora Presidente da CPCJ de Nelas, informando que a Assembleia Municipal de Nelas, em sua sessão ordinária realizada em 30 de junho de 2022, designou a Senhora Rosa Maria Pereira para a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas;

- Ofício n.º 15/2022, datado de 14 de julho de 2022, enviado à Ex.m.ª Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, referente à Moção de Censura sobre a poluição da Ribeira de Travassos;

- Ofício, datado de 09/09/2022, enviado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, informando que a próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal será convocada para o próximo dia 23 de setembro de 2022, no horário habitual;

- Ofício n.º 16/2022, datado de 14 de setembro de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 29 de setembro de 2022;

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas receberam, naturalmente, aquela folhinha com a Correspondência Recebida e Expedida. Pretendem algum esclarecimento que queiram pedir, ou alguma dúvida? Não têm, ninguém tem nada a perguntar? É só uma folha.

Então, se ninguém tem nenhum esclarecimento a pedir, ponto n.º 3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.). Naturalmente, os Senhores Deputados querem-se inscrever. Marai José, faz favor, por ordem. Senhor Deputado André, faz favor. Tem a palavra.

*O Senhor Deputado André Borges:*

- Senhor Presidente,  
Membros da Mesa,  
Senhores Deputados Municipais,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Público em geral.  
Boa noite a todos.

Fez no passado dia 26 um ano que os Eleitores do Município de Nelas deram a vitória a este Executivo por larga diferença de votos, derrotando, assim, as políticas do anterior Executivo na esperança de ver cumpridas as promessas eleitorais e uma melhoria na forma de fazer e estar na política.

Ao longo deste ano, nem tudo correu bem para o que a população esperava. Aparentemente, tivemos, durante muito tempo, um Presidente ausente das ruas, um Presidente, de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

segunda a sexta, das 09 às 05 e tivemos um Executivo que não correspondia àquilo a que o Povo votou.

Uma comunicação com a população quase nula, tanto no site municipal, como nas redes sociais. Apenas vemos a promoção de eventos. Informações sobre projetos, questões de interesse do Município, são quase nulas, senão, inexistente.

Gostaria de saber como é que o Executivo avalia este primeiro ano do mandato. Se teremos mais Câmara aguardada pela população e não me refiro à entrada de mais um Vereador em Permanência. Que projetos têm para avançar da vossa iniciativa e o que poderemos esperar no futuro?

Este ano foi, sem dúvida alguma, o ano da limpeza e a manutenção urbana foi quase abandonada. Talvez por culpa da seca, quero acreditar, um ano em que nunca vi as nossas rotundas tão mal cuidadas, o espaço verde quase abandonado, ervas nos passeios, bermas de ruas e de estradas sem serem limpas.

Passado um ano seria bom que todos nós reflectirmos no que estamos a fazer e no queremos construir, no que deixar para o futuro. Não podemos andar constantemente a desculparmo-nos com a difícil situação financeira herdada e depois colocarmos mais um Vereador em Permanência.

Se houve elogio no Presidente da Câmara foi ter reduzido o número de Vereadores em Permanência. Gostara que pudesse dizer qual a razão de termos mais um Vereador no Executivo. Falta de capacidade dos restantes? Se sim, lamento que este Executivo não é capaz de gerir a Autarquia com três pessoas. Eu não entendo e a maioria da população, com certeza que também não.

Posto isto, aproveito para colocar uma outra questão, apenas para esclarecer uma dúvida e em nome da verdade. Haverá algum Funcionário da Autarquia a receber todos os meses mais mil euros em horas extras por prestar serviços de Assessor?

Após a atribuição do título de Aldeia de Portugal às Caldas da Felgueira, quais os projetos em curso, ou em vista para a população no que resta deste ano e no próximo? Que obras irão ser realizadas para benefício da Aldeia e para podermos atrair mais visitantes?

Ainda sobre as Caldas da Felgueira e por já aqui nesta Casa ter sido afirmado que a Ponte sobre o Rio Mondego que liga o Concelho de Nelas ao Concelho de Oliveira do Hospital ser da nossa responsabilidade, sugiro que a Ponte seja alvo de uma limpeza e que o Parque de Merendas pudesse também ser alvo de uma requalificação, melhorando e tornando muito mais bonita uma das entradas no Concelho.

Outro ponto novo que gostaria também de ver respondidas algumas questões prendem-se com a Quinta da Cerca. Pelo que soube, a Quinta não tem tido o tratamento adequado. Quem visita o site da Câmara Municipal, ao ler sobre o Parque Ecológico da Quinta da Cerca, fica maravilhado e pretende visitá-lo. O pior é quando chega e tem os portões fechados, ou quando estão abertos, o que se vê é um espaço quase abandonado, não fosse a presença de animais resgatados e de uma estufa em funcionamento. De Parque Ecológico passou a parque selvagem. E pelo que soube já nem os Escuteiros o utilizam para acampar e a realizar as suas atividades.

Quais são as propostas que este Executivo tem para a Requalificação da Quinta da Cerca para podermos ter um espaço que atraia visitantes, assim como alguns de Concelhos vizinhos possuem?

Caso não seja do interesse do Executivo promover o espaço, tenho a certeza que se o mesmo for entregue à Junta de Freguesia de Vilar Seco, o seu Presidente terá muito gosto em o receber e promover, basta para isso dar-lhe a mão-de-obra necessária.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Gostava também de saber qual foi o motivo do Executivo ter começado a cobrar taxa de inscrição e mensalidades aos Alunos da Academia Municipal de Artes. Porque é que um Serviço que era gratuito passou a ser pago? Sei que há custos associados ao projeto, mas custos também existem na Universidade Sénior, por exemplo e mantém a isenção das mensalidades. Apenas gostaria de perceber o motivo.

Aproveito para recolocar algumas questões que, ou não obtive respostas, ou por querer saber em que pontos se encontram:

1.º – Gostaria de saber em que situação se encontram os abrigos para paragens de autocarros visto já ter iniciado o novo letivo, o inverno aproxima-se e ainda nada se vê para sua colocação?

2.º - Houve avanços no concurso para exploração de lítio no Concelho?

3.º - Para quando a colocação de passadeiras nas localidades de Vilar Seco e Póvoa da Roçada, pois são as únicas localidades atravessadas pela Estrada Nacional n.º 231 sem qualquer ponto de passagem para peões? E o que pretende fazer para redução de velocidade, principalmente no troço que atravessa Vilar Seco?

4.º - Tendo já sido efectuada a intervenção no Largo do Escanção, em que ponto está a possível requalificação da Praça de Táxis junto aos CTT, tal como informou a 29 de abril? E se já há novidades sobre o processo n.º 2014/A01P02/4, que já por duas vezes questionei e ainda não obtive qualquer resposta?

5.º - Para quando o fim das obras na Ponte sobre o Caminho-de-Ferro? Tem alguma informação nesse sentido?

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado André Borges. Fez imensas perguntas ao Executivo. Naturalmente, no final, o Senhor Presidente da Câmara responderá a todos. Portanto, chamaria agora o Senhor Deputado João Alfredo. Faz favor.

*O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:*

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Na sua pessoa, cumprimento todos os Deputados Municipais,  
Muito boa noite Senhor Presidente da Câmara,  
E na sua pessoa, cumprimento todos os Vereadores do Executivo,  
Ex.m.º Público.

Em primeiro lugar, venho aqui dar felicitações à Autarquia pela Requalificação da Estátua do Escanção e do espaço envolvente. Ficou muito mais bonito. É um espaço nobre que nos deve orgulhar.

Em segundo lugar, felicitar também pelo êxito da Festa do Vinho do Dão, bem como da sua divulgação que foi feita, aliás, fora do Distrito de Viseu. Eu tive a oportunidade de ver porque viajo e nessa altura não pude estar na Festa e na Feira porque estava em funções em Vila Real e Boticas. Portanto, foi, mas reconheci que foi uma Feira digna, uma Feira de excelência.

Relativamente à Descentralização e Poder Local, passados tantos anos após o 25 de Abril, continua a haver grandes lacunas. E eu faria uma pequena recomendação ao Executivo no sentido de celebração de Contratos-Programa com as Freguesias todas do nosso Concelho no âmbito da Saúde que muito vai mal no nosso Concelho, da Educação, da Cultura e das Infraestruturas.

E, creio que assim, muitos problemas que são quase da responsabilidade, seriam co-responsáveis os Senhores Presidentes de Junta, que teriam oportunidade de elaborar o respetivo Plano e com a Autarquia desenhá-lo e trabalhá-lo, pois, só assim é que se entende o Poder Local



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

na sua plenitude. Esta sugestão já foi dada aqui na última Assembleia, creio que pelo Senhor Presidente da Junta de Vilar Seco, no tocante a Vilar Seco.

No âmbito da mobilidade, alertar a Autarquia do seguinte: As nossas ruas de Nelas, a grande maior parte, são, no inverno, por má execução de obras anteriores, autênticas piscinas quando os nossos peões circulam na estrada, nomeadamente, na estrada principal de Nelas e nas outras circundantes, que são autênticos lagos que as pessoas estão para tomar banho, além da piscina, estão sujeitas a tomar banho mal saem de casa.

Também a colocação, que já vi, porque passo lá muitas vezes, de uma passadeira junto à paragem de autocarros junto à Vinícola que, aqui há dias, não constatei, constatei, aliás, só não houve acidente por mero acaso, porque a maior parte dos condutores, um carro, ou autocarro pára, o outro ultrapassa, quando ali é risco contínuo. Mas a passadeira era importante porque aqueles autocarros que ali passam servem muita população escolar, que neste momento estudem em Viseu, aqui do Concelho de Nelas, bem como Utentes e pessoas que vêm a Nelas tratar da sua vida.

Outro assunto que, a mim, diretamente, que estive ligado à Educação, diz respeito e que deve ser feito atempadamente, é a colocação de Assistentes Operacionais, nomeadamente, aqueles que dão apoio permanente a Alunos com Necessidades Educativas Especiais permanentes, que há casos no nosso Concelho e que, neste momento, não têm a Assistente Operacional que o acompanha e os Alunos andam um bocado à deriva e só a boa vontade de alguns Assistentes Operacionais, próprios Colegas e de alguns Docentes, é que se consegue colmatar isso e há Alunos que necessitam permanentemente do acompanhamento.

E, por último, na pessoa do Senhor Presidente, gostava de fazer uma pergunta, que o Senhor Presidente sabe alguma coisa, que eu, em tempos, falei, pus aqui a situação ao Senhor Vereador Aires dos Santos, não sei se ele lhe transmitiu alguma coisa sobre a Linha da Beira Alta, que temos um património incalculável. Nelas foi onde se concluiu a Linha da Beira Alta. E está lá um sítio que devia ser preservado até para memória futura. E, agora, aproveitando, a Requalificação da própria Linha, era importante, ou em negociações com a própria CP, ou qualquer coisa, dar alguma nobreza a esse espaço. Ficou o Senhor Vereador, na altura, Aires dos Santos, de tratar disso. Até, na altura, aquilo, o espaço mantém-se na mesma, eu gostava de saber se há mais alguma coisa.

É tudo. Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Borges dos Santos.

*O Senhor Deputado António Borges dos Santos:*

- Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Ex.m.<sup>a</sup> Mesa,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Ex.m.<sup>o</sup> Público,  
Muito boa noite.

Na última segunda-feira cumpriu-se um ano em que esta Coligação ganhou as Eleições. Portanto, neste momento, pode-se dizer que estão de Parabéns, Parabéns mais pela Eleição do que pela Execução.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Porque é que eu digo isto? A Eleição foi estrondosa. De facto e como ainda agora referiu, mais de mil votos. No entanto, a execução das obras, fundamentalmente, é miserável.

Eu, para não estar aqui a falar de cor, dei-me ao cuidado de verificar todas as Informações que o Senhor Presidente da Câmara neste mandato. E constatei uma coisa que já me tinha parecido mas que eu ainda não tinha comparado. É que entre a primeira e a última não há alterações no que diz respeito a obras. Podemos dizer que a primeira difere da última porque na primeira aparece: Reparação de beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias. E na última, já não está. Na primeira tem: Continuação obras na ETAR III de Nelas e Sistema Intercetor. Na última, já não está. E na primeira está: Execução de passeios na Lapa do Lobo. Que na última, já não está.

Deduzo que terão sido concluídas estas obras, embora em nenhuma informação tal seja dito. Na quinta informação, de 31/08, fala na Requalificação de Bairros Sociais no Município de Nelas, que nunca tinha aparecido. Não sei que Requalificação é esta porque a única Informação que eu tenho presente é da Figueira Velha e já vem de antigamente que estava em andamento. Não sei se há mais alguma. Se houvesse, gostava que me dissessem.

Outra coisa que eu também encontrei, embora isso terá sido um lapso com certeza é que em 31/05 deram por concluídas as obras de urbanização do Lote 5/1991, por acionamento de caução. E na última Informação, ou seja, na de hoje, volta a vir esse mesmo ponto que já tinha sido concluído. Um lapso qualquer que aconteceu aqui.

Bem, isto, no que diz respeito a obras, só podemos tirar uma conclusão: A Câmara está parada. Não houve nenhuma obra iniciada, segundo informações do Senhor Presidente, estou a falar com base nas Informações do Senhor Presidente. E, concluída, aparece apenas uma obra que é a Reabilitação do muro das Caldas da Felgueira. Obras novas, nem novas deste Executivo, nem as que vinham do Executivo anterior. Nem as que estavam em projeto, nem as que estavam adjudicadas. Parece que hoje, no Facebook, vem uma nova notícia. Ainda bem.

Portanto, eu atrevo-me a perguntar: O que é que tem andado a fazer o Vereador das Obras? Não encontro. Para além de parar as obras que estavam em andamento, não vejo lançamento de nada.

E também gostava de saber quanto é que vai custar ao erário público este adiamento das obras. Eu dei conta há pouco que iam iniciar no dia 3 de outubro as obras na Av.<sup>a</sup> João XXIII. Portanto, estiveram paradas um ano. Melhor, não as deixaram iniciar há um ano. Não estiveram paradas porque elas não chegaram a iniciar-se. Mas, o Senhor Vereador das Obras, antes de tomar posse, impediu o empreiteiro de arrancar com a obra.

Não acredito que o empreiteiro não tenha pedido uma indemnização choruda por este período e que agora vá fazer a obra pelo mesmo preço. Não ganham com a guerra, nem com a inflação porque isso tinha-se resolvido era com o ter feito na hora certa. São 9 meses, neste momento, estava concluída, que é o prazo de execução.

Também dizem que não há dinheiro para pagar as obras. É verdade. Nunca houve dinheiro para pagar as obras. Por isso é que se recorre a empréstimos. Mas eu pergunto: Então porque é que não se realizam as obras que têm financiamento aprovado? Nós temos obras no valor de 1.600.000,00 euros de financiamento aprovado. Empréstimos contratualizados. Portanto, neste caso não me parece que seja falta de dinheiro. Se estamos á espera de ter o dinheiro todo em caixa para fazer qualquer obra, nunca fazemos. É como, quando cada um de nós estar à espera de ter o dinheiro todo para fazer uma casa, nunca a faz. Nunca tem o dinheiro todo para fazer a casa.

Bem, não havendo obras e se, de facto, a prioridade era pagar aos Fornecedores, não entendo outra coisa: Como é que a dívida a Fornecedores esteve sempre acima dos 2 milhões de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

euros, para não dizer acima os 2,5 milhões de euros, aproximadamente, chegando quase a atingir os 3 milhões de euros, estando, neste momento, no valor mais baixo, é verdade, mas mesmo assim, 2.200.000,00 euros.

Então, não sei, francamente, o que é que se passa. Não se faz obra. Não se paga aos Fornecedores. Qual é a estratégia deste Município? É continuar a parar as obras? Felizmente, antes de vir para aqui, abri o telemóvel e o Facebook dizia-me que na segunda-feira vão começar as obras da Avenida. É um princípio. Esperemos que seja para continuar.

Portanto, neste momento, segundo as informações que colhi, parece que temos um novo Vereador de Obras, que é o Amigo Rui. Parabéns Rui pelo novo cargo e Votos das maiores Felicidades no desempenho do mesmo. O Município bem precisa de um Vereador das Obras com visão de progresso. Espero que não me vá defraudar neste processo. Sei que é difícil pôr em andamento um carro travado às quatro rodas, mas não é impossível. Tem de ver onde é que estão os travões.

Mas a entrada do Vereador Rui Marques leva-nos ao pedido de suspensão do Vereador Manuel Henriques. E verificamos que o Senhor Vereador Manuel Henriques pediu a suspensão do mandato por 10 meses. É bom recordarem que o Vereador Manuel Henriques apresentou-se ao eleitorado e foi eleito em 26/09/2021 no pressuposto de ser o Vice-Presidente, dado o lugar que ocupava na lista. Disto ninguém tem dúvidas. Nem a população de Canas de Senhorim tinha dúvidas.

No entanto, não sei porquê, nem tenho que saber, mas o Senhor Vereador não assumiu o cargo para o qual se candidatou. E passou a ser um Vereador sem Pelouro. Quer dizer que, de facto, os Eleitores deste Concelho foram defraudados e enganados pela Coligação que apresentou uma lista que não era verdadeira. Com certeza que já sabiam que o Senhor Vereador Manuel Henriques não iria assumir funções, pois para isso ele teria que prescindir de ser Advogado. Tinha que se desinscrever da Ordem. Se, de facto, já sabiam, lamento.

Mas, agora, isto foi o primeiro passo. Não assumir o lugar para que, como todos pensavam, lhe estava talhado. Mas passado, menos de um ano, foi pedida a suspensão do mandato por 10 meses, continuando a fugir às suas responsabilidades.

Não posso deixar de vos ler um extrato da ata desta Assembleia Municipal, desta não, da anterior, de 28 de setembro de 2018, de há, exatamente, 4 anos. E o extrato diz isto. Para os que cá estavam sabem, para os que não estavam, ficam a saber. E passo a ler o que consta da ata:

“Depois não posso fugir a um tema que hoje era expectável, a saída da Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, digamos, dessa função, que continuará como Vereadora. Posso dizer a título pessoal e comungo, como muitos Municípes, penso que a Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas era uma pessoa que fazia um trabalho muito competente, era uma pessoa diligente e atenciosa para os Municípes, para os empresários, para as pessoas que abordavam o Executivo, é justo dizer. Nessa parte, penso que fazia muito bem o seu papel. Não temos que ser sectários e só achar que os nossos é que fazem um papel bem feito. Agora, eu tenho algumas dúvidas e a Senhora Vice-Presidente não me vai levar a mal, com certeza, nada do ponto de vista pessoal. Desejo-lhe as maiores felicidades. Tenho a certeza que tem capacidades para fazer funções muito relevantes. Isso é evidente. O que é evidente não precisa de prova, não é?” Depois continua:

“Agora, efetivamente, o papel que desempenha aqui não é um papel técnico, é um papel político. Não é? Eu recordo-me há um ano atrás, não havia um Municípe neste Concelho que não soubesse que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas tinha sido eleita para 4 anos. Isso era evidente. Parece-me e não leve a mal, mais uma vez, que é, no fundo, uma grande deslealdade para com o eleitorado, sobretudo para este porque a Câmara Municipal não pode servir para, no fundo, nós,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

quando não precisamos, ou quando surge uma oportunidade para se estar melhor, deitar fora. Temos um compromisso por 4 anos e ele deviria ser respeitado. A meu ver, é uma grande deslealdade com a Vereação, com a Assembleia Municipal e, sobretudo, com os eleitores. Acho que isto não sofre qualquer tipo de contestação. Devo também dizer que lamento, lamento que, mais uma vez, o Executivo do Dr. Borges da Silva sofra esta amputação a meio do caminho. Não posso é juntar ao Senhor Presidente e agradecer em nome da Comunidade, esta saída. Não posso. A Comunidade foi defraudada. A Comunidade votou no Partido Socialista. Deu-lhe a maioria na Câmara e na Assembleia. E ser Vice-Presidente da Câmara não é a mesma coisa que ser gestor, ou ser advogado numa empresa privada que vê uma oportunidade melhor e a gente vai embora. Não é assim. Não é assim. Desculpe. Mas não é assim. Não é assim. E quem diz isto tem que, no fundo, submeter-se a reeducação democrática porque, de facto, os mandatos são para se cumprir. O que é que os meus amigos achariam se o Senhor Ministro das Finanças, neste caso, Mário Centeno, fosse, de repente, convidado pelo Banco BCP, ou pelo Totta e saía alegremente. Era uma oportunidade. Ia-se embora. Quer dizer, acharíamos mal, mas aqui ainda é pior porque se estas são as eleições de proximidade, isto é enganar os eleitores. Eu percebo o desconforto do Partido Socialista, mas a Senhora Vice-Presidente, não me leve a mal, pois, mais uma vez dizer, respeito, como tenho que respeitar, é uma postura legal, conforme a lei, como outra qualquer, mas a consequência direta deveria ser a renúncia do mandato. Isto é o meu ver. Se fosse eu era o que eu faria. Iria à minha vida e renunciaria.” Ora, isto, é um texto.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Deputado, temos uma hora para este Período. Não quero limitar a sua intervenção.

*O Senhor Deputado António Borges Santos:*

- Não limita não porque eu estou a acabar.

Ora, isto, de facto, toda a gente já entendeu. Os que sabiam, sabiam, os que não sabiam, ficam a saber, foi a declaração do Senhor Deputado, na altura, Deputado Manuel Henriques, nesta Assembleia Municipal, atualmente Vereador com o mandato suspenso. É caso para dizer que para justificar todo este percurso do Senhor Vereador, basta substituir neste texto Sofia Relvas por Manuel Henriques, Borges da Silva por Joaquim Amaral, Partido Socialista por Coligação PSD/CDS e estava tudo dito. É caso para dizer: Bem prega Frei Tomás. Faz o que ele diz. Não faças o que ele faz.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Tem mais alguma questão, Senhor Deputado?

*O Senhor Deputado António Borges Santos:*

- Tenho. Só mais um bocadinho. Tenha calma. Como somos só quatro, dá um quarto de hora a cada um. Ainda não estou cá há um quarto de hora.

Lamento que não esteja presente o Senhor Vereador Manuel Henriques pelo que incumbo o Senhor Presidente da Câmara para lhe transmitir este sentimento de indignação pois, aceitando todas estas manobras de desrespeito pelo segundo Elemento da sua lista, estar a ser co-responsável pelo logro que cometeram para com o eleitorado. Não ponho em causa a legalidade dos atos, mas sim as interrogações políticas.

Ainda relativamente à substituição do Vereador Manuel Henriques pelo Vereador Rui Marques, sem querer pôr em causa a nomeação do Rui como Vereador a Tempo Inteiro e que muito respeito e com Pelouro atribuído, surge-me a dúvida se isto é possível, uma vez que até 05/06/2023 está a substituir um Vereador sem Pelouro atribuído. Não será necessário que o Vereador Manuel Henriques tome o conselho que deu à Sofia Relvas, mas a consequente direção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

deveria ser a renúncia do mandato? Se fosse eu era o que faria. Iria à minha vida e renunciaria. Isto é uma pergunta. Não sei é possível, se não é.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- É uma conclusão.

*O Senhor Deputado António Borges Santos:*

- Pronto. É a minha conclusão. Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, Senhor Deputado João Paulo, faz favor.

*O Senhor Deputado João Paulo Almeida:*

- Ora, Senhor Presidente,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Membros da Mesa,  
Vereadores,  
Caros Colegas,  
Caro Público.  
Boa noite.

Eu vinha aqui só fazer algumas questões ao Senhor Presidente, nomeadamente, que tomou posse há um ano e o nosso Concelho parou. Melhor dizendo, decresceu do que estava antes.

Temos um Centro de Saúde que, neste momento, trabalha das 8 horas às 5 horas da tarde. Já falei aqui consigo sobre isso se havia o prolongamento para o Centro de Saúde e gostaria que o Senhor Presidente me voltasse a esclarecer sobre isso.

A Rede Viária, neste momento, no nosso Concelho, está intransitável. Várias ruas, pelo Concelho todo, não só Nelas, como já aqui ouvi dizer, mas o resto do Concelho também faz parte do Concelho de Nelas, o resto das Terras. Ora e gostaria de saber como é que estão as nossas infraestruturas sanitárias que, acho eu, que ainda não houve desenvolvimento sobre eles. E era só isso. E acho eu que foi-nos vendo gato por lebre, até ver.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado.

Senhoras e Senhores Deputados.

Graças a este livrinho que me ofereceu o Senhor Deputado António Borges que permite ao Presidente da Mesa vir ao local habitual onde estão os Oradores, estando, em simultâneo, nos dois lugares. Portanto, o Presidente da Mesa apenas terá que estar na Mesa no momento das votações, diz o seu livrinho. Por isso é que eu estou aqui.

Ora bem, tenho imensas questões que gostaria de vos colocar, nem tanto ao Senhor Presidente da Câmara. Mas, sensibilizar-vos para alguns problemas do Concelho.

E a primeira questão que eu queria colocar aqui é, exatamente, sobre a água. Parece até um contra-senso. Isto é, depois de uma Feira de Vinho, eu vir aqui colocar um problema de água. Todos conhecem o verão que tivemos, 96% do País em seca severa, 66% em seca extrema e esta semana ainda a proibição de utilizar a água de 15 barragens. Isto não está para melhorar. Está para piorar.

Eu gostaria de recordar aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas que a nova Barragem de Fagilde é uma miragem. Isto é: Daqui para 10 anos. Eu não sei o que é que vai acontecer nos próximos 10 anos. Depois, há aí outro Projeto que está em estudo sobre o Douro e o Paiva. Isto é: Fazerem umas condutas para trazer a água do Rio Douro e do Rio Paiva para cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Concelhos: Viseu, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo e Sátão. E têm a possibilidade de trazer 10.000 metros cúbicos de água, por dia, para estes 5 Concelhos.

Eu não sei qual é a quantidade que chegará a Nelas. Não faça a mínima ideia. Seja como for, vai levar três anos a fazer as condutas. E nós não temos, neste momento, nenhuma captação de água potável para o Concelho. Nós temos, de facto, a Longra onde estão a ser captados cerca de 150 metros cúbicos de água por dia para a indústria imprópria para consumo porque não está a ser tratada. Tínhamos outra captação em Canas de Senhorim, no Casal, que está desativada.

E, portanto, se acontecer uma tragédia, eu não sei o que é que vai acontecer. Mas, espero que os Senhores Deputados tomem consciência de que este Concelho consome, por dia, 4.000 metros cúbicos de água. Façam favor de tomar notas. Não são litros. São 4.000 metros cúbicos de água. Ora, metade desta água é para abastecer a população do Concelho. E a outra metade é para abastecer duas empresas que temos no Concelho. Mais, ou menos.

Senhor Presidente, eu não sou rigoroso nestes números e ficam ao seu critério para corrigir, porque eu não sou dono da verdade toda.

Agora, também gostaria de vos dizer o seguinte: Nós fornecemos a uma empresa 900 metros cúbicos de água por dia, ou mil, se lhe derem mil também consome, metros cúbicos de água tratada. Fornecemos a outra empresa mais 750 metros cúbicos de água tratada porque 150 metros cúbicos, por dia, vão da Longra. E os Senhores Deputados também têm de saber o que é que isto custa. Não é? Porque nós compramos água a 10 e vendemos a 8.

Senhor Deputado: Faz favor. Não, é que agora o que eu vou dizer é importante. Isto é: Compramos a água a 10 e vendemos a 8. Não será assim. Será a 45 e vendemos a 30. Qualquer coisa do género. Só que isto causa-nos um prejuízo mensal de 50.000,00 euros. Isto é: Ao fim do ano são 600.000,00 euros de prejuízo, só na venda da água.

É preciso ter consciência que as tarifas não são atualizadas desde 2015. Esse facto é obrigatório atualiza-las porque, com o financiamento das ETARS, se não atualizarmos as tarifas, temos que devolver 2,5 milhões de euros. Portanto, é preciso estarmos conscientes disto. E, se a Câmara não tiver o dinheiro para devolver os 2,5 milhões de euros, cortam no FEF e ficamos sem dinheiro.

E, entendo, naturalmente, como diz agora a Presidente de Itália, Meloni, diz assim: Está na altura de acabar com esta festa. Isto é: Com este prejuízo mensal de 50.000,00 euros. Sobretudo quando há empresas a receber água que têm lucros líquidos de 150 milhões de euros por ano. Acho que não temos que estar a sofrer este prejuízo. Entendo eu.

Isto é para alertar a vossa consciência quanto ao problema da água. Mas isto, não é só fornecer água com prejuízo. É que depois de fornecermos a água boa, tratada, de qualidade, eles devolvem-nos outra vez a água poluída. Uma das empresas devolve-nos 100% do que fornecemos. Outra, apenas 10%, que vai ter à ETAR III, que temos de tratar. Só, pelas contas que eu tenho aqui, do último mapa, do funcionamento da ETAR III, a bombagem das duas empresas custa 15.000,00 euros por mês de eletricidade, fora, naturalmente, os custos dos reagentes.

E o que é que eu queria alertar mais é o seguinte. É que, entretanto, agora com esta crise de falta água, a Câmara resolveu fazer o seguinte: Montou duas eletrobombas na ETAR III e um reservatório que custou tudo cerca de 40.000,00 euros, para fornecer água às empresas, que sai da Estação de Tratamento, já depois de tratada. Só perguntei ao Senhor Presidente da Câmara quem é que pagou isto. Não é? Porque isto não é para nós. É para fornecer as empresas.

Mas eu entendo que, mais grave que isto, é o concurso simplificado que está, neste momento, a decorrer, por 2.350.000,00 euros, para tratar a água da ETAR III e voltar a introduzi-la nas duas empresas. Isso vai custar ao Município mais de meio milhão de euros. Quem paga? Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

já disse ao Senhor Presidente da Câmara que não agendo empréstimos novos. A Câmara tem sempre a possibilidade de convocar uma Assembleia Extraordinária. Pode fazê-lo. Mas, voluntariamente não agendo. Não foi isso que eu andei a dizer às pessoas há um ano atrás. E, portanto, tenho muita pena. Estou com o Executivo, atenção, para esclarecimento de todos. Mas há coisas de que eu tenho que vos alertar.

Queria esclarecer o seguinte: A ETAR III teve outra paragem. Faltou energia. Um problema qualquer. Assim que soube, fui lá ver. Voltei lá passados 4 ou 5 dias. Tinha avariado um transformador.

Quando lá voltei a segunda vez, estão os Funcionários do Município de volta do transformador. Colocaram um emprestado e o nosso foi para reparação porque novo custa 30.000,00 euros. Portanto, quem tem um Ferrari já sabe quanto é que lhe custa. Não é?

Eu acho que de água estamos, mais, ou menos, esclarecidos. Mas não. Vamos falar do grande Reservatório que falam sempre aqui nele. O grande Reservatório, tanto quanto eu sei, ainda não está a funcionar porque, neste momento, não temos água para lá meter dentro em face da falta de água se verifica. O grande Reservatório, enfim, também não é um grande Reservatório. O grande Reservatório só leva 4.000 metros cúbicos. Todo ele é oco por dentro e apenas leva água nas partes laterais. Mas está equipado com 8 bombas elétricas para trabalhar. Eu não sei quanto é que isso vai custar. Mas, naturalmente, custará muito. Portanto, vamos deixar estar o velhinho Reservatório do Bairro Dr. Augusto Rosado a trabalhar porque entra e sai a água por gravidade. Quando for preciso pôr a trabalhar 8 bombas elétricas, não sei como é que será em termos de custos.

Mas toda a gente fala nisto e eu queria que os Senhores Deputados fossem ver. E fossem ver, não só isto. Fossem ver a Câmara Municipal quando chove, fossem ver este edifício, onde chove. Fossem ver as Piscinas, onde chove. Fossem ver o Pavilhão Municipal, onde chove. Aliás, o Pavilhão é a coisa que mais me incomoda porque é só toldos, só baldes e púcaros pendurados. E dá uma imagem, extremamente, negativa a quem nos visita. E vem gente de muito lado jogar. E, portanto, nós temos que resolver estes problemas.

Eu já tive uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara. Naturalmente, não revelo os assuntos que trato com ele. Mas este tratei-o no dia 7 de junho. E disse ao Senhor Presidente da Câmara que temos que resolver isto no verão. Nenhum problema destes foi resolvido. Portanto, os Senhores Deputados têm que ir ver tudo isto. Pode ser que todos tenham mais força do que eu sozinho.

E, portanto, aquilo que eu voz quero dizer é que eu pretendo marcar uma Assembleia Extraordinária, brevemente, para visitarmos estes problemas todos. Porque não vale a pena andarmos aqui a falar no grande Reservatório, ou na ETAR n.º III, quando há Senhores Deputados que me dizem que não sabem, se quer, onde é, que nunca lá entraram, que perguntam e nunca ninguém os lá levou. Então, vamos lá todos. Ficamos a conhecer tudo. Vamos ver como é que isto funciona.

Ora, o que é que eu vos queria dizer mais? Olhe o tempo. Breve. Agora, breve. Queria-vos falar da Casa do Frazão. A Casa do Frazão foi comprada há 10 anos. Paga há 10 anos. Custou 152.000,00 euros. Já caiu. Só tem 4 paredes. E, então, a Proprietária pediu-me: Ó Senhor Dr., faz favor, veja lá se me fazem a escritura porque já me pagaram a casa há 10 anos. Ainda cai aquilo em cima de alguém e eu tenho problemas. E, então, consegui, com a minha magistratura de influência, convencer o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo, naturalmente, a fazer a escritura. Está feita, desde o dia 10 de Agosto de 2022. Portanto, esse problema está resolvido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Não sei se é ali que vão fazer a Casa da Cultura porque eu também, francamente, não sou muito apologista de uma Casa de Cultura naquele local, mas isso são opções do Executivo, naturalmente.

E também não concordo com a observação da vendedora que no dia da escritura interpelou o Senhor Presidente da Câmara ao dizer-lhe: Ó Senhor Presidente, faz favor, veja lá se, em memória do meu pai, faz a Casa da Cultura, a Casa do Frazão. Ora entendo que a Senhora recebeu o dinheiro, os 152.000.00 euros. Não tem nada que exigir. A Câmara, agora, faz o que quiser lá. Não é? Se ela a tivesse oferecido, até podia dizer alguma coisa. Agora, pagaram-lhe. Recebeu o dinheiro e o assunto está encerrado.

Ora, o Senhor Deputado António Borges veio dizer aqui que segunda-feira começam as obras da Av.<sup>a</sup> João XXIII. Penso que é verdade. O meu problema não é esse. Eu não sei se é altura oportuna para fazer as obras. Nunca é. Agora vem aí o Natal e vem o inverno. O problema não é só esse. Senhor Deputado. Pronto. Deixe lá. Não vamos aqui entrar em diálogo, senão, depois não me deixam sair daqui.

Parece que as obras vão decorrer em três fases. Do Cineteatro até àquela primeira rotunda. Depois, uma segunda fase, da segunda rotunda até ao cimo do Centro de Saúde. E, depois, a última, até à rotunda da fonte luminosa Pronto, obras que, naturalmente, estão programadas para 9 meses, e a gente sabe como é que é isto. Nunca são 9 meses. É, exatamente, como a Ponte que vai para Seia. A CP diz que estas obras demorariam 9 meses. Já falam em dois anos. E nós estamos estrangulados. Isto é: Quer dizer, já estamos mal para o lado sul. Agora, ficámos mal para este lado. Eu não sei como é que havemos de resolver.

Eu tinha uma sugestão. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, Senhor Deputado, sei que tem uma Junta rica. Queria-lhe fazer uma sugestão. Como toda a gente sabe, fiz uma Viaduto em Canas de Senhorim e uma Ponte por cima do Caminho-de-Ferro. Em três meses, fizemos a Ponte sobre o Caminho-de-Ferro. Os Operários da Câmara fizeram dois maciços laterais. Encomendaram-se, na altura, quatro vigas, que vieram de uma localidade chamada Eixo em Aveiro. Duas gruas da VENDAP montaram a Ponte, que ainda lá está hoje. Podem visitá-la. Eu queria fazer uma sugestão ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas: Senhor Jorge Coelho, porque tem uma Junta rica. A Câmara fará os maciços. V. Ex.<sup>a</sup> pagará as vigas e eu dou o know how porque tenho lá tudo em casa. Projeto, fotografias e explico como é que se faz.

E, então, ultrapassávamos este problema porque acho difícil agora, quer dizer, já estávamos bloqueados de um lado e agora ficamos bloqueados daqui. Não sei como é que, por exemplo, os autocarros vão para a Serra da Estrela. Não faço a mínima ideia. Não quero falar em mais nada.

Então, se a estrada já existe, não custa nada fazer esta estrada desde a Mata das Alminhas até ao cemitério do Folhadal. É a minha sugestão.

Muito obrigado.

Agora, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para esclarecer. Senhor Presidente da Câmara, a mim não precisa de me responder. Atenção.

*O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:*

- Não. Não. Tenho todo o gosto em responder-lhe a si, até em primeiro.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- E corrigir. E corrigir aquilo que eu disse.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Também, lá iremos. Sem problema.

Ora bem, eu vou começar, obviamente, pelo que é mais relevante.

Muito boa noite a todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

As Senhoras Secretárias.

A Senhora Secretária indigitada hoje.

A Senhora Vice-Presidente.

Os Senhores Vereadores.

As Senhora e os Senhores Deputados.

Estimados Presidentes de Junta.

Digníssimo Público.

Com tantas questões colocadas, vou tentar ser o mais sintético possível, embora haja aqui uma questão que é transversal e eu começarei por ela, se não se importarem, que tem a ver com a água.

Ora, a água é um assunto que já tem sido, recorrentemente, tratado aqui em sede da Assembleia Municipal. Às vezes, pode não haver, as pessoas podem não se lembrar muito bem disso porque, porventura, pode não ter ouvido, mas, nós, é um assunto que temos, regularmente, trazido às reuniões da Assembleia, bem como às reuniões de Câmara.

Dito isto, o nosso Concelho, de facto, tem um problema que sempre teve. Tem um problema de autonomia. Ou seja, não tem autonomia para a disponibilização total da água. Já teve, mas, entretanto, com o crescimento do Município, o número de habitantes, obviamente, deixou de ter essa autonomia e aderiu à Barragem de Fagilde e em bom tempo o fez porque conseguiu resolver a questão da captação de água.

Com os problemas que são deste ano e que já vêm de anos anteriores e remeto até para 2017, com o que aconteceu. E, de facto, desde aí até agora pouca coisa foi feita, mesmo a nível da Administração Central.

O que tem sido feito, este ano voltou a acontecer o que é do conhecimento generalizado, nomeadamente, a seca extrema do País e em particular da nossa Região. O que acontece na nossa Região é que já há muito tempo que se anda a falar da construção de uma nova Barragem em Fagilde, ou de aumentar a volumetria da Barragem para lhe permitir um maior armazenamento e permitir que seja disponibilizado durante o ano e não haver cortes, ou falta de água.

Entretanto, esse Projeto nunca saiu da gaveta e há pouco tempo foi celebrado, também já falámos nisso aqui, foi celebrado um Protocolo entre a Câmara Municipal de Viseu, em representação também de uma Empresa Intermunicipal, que nós aqui já falamos, que não está, formalmente, constituída, que nunca existiu. Mas que existiu formalmente enquanto Associação, que junta os Municípios de Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Viseu e Sátão. E esta Associação, digamos assim, não Empresa Intermunicipal, pugnou para que a Barragem de Fagilde fosse construída. Foi celebrado esse Protocolo com a APA no sentido de haver um Estudo Prévio de Viabilização da nova Barragem de Fagilde, que estará em breve concluído com as devidas conclusões.

Obviamente que, independentemente, do que esteja o Estudo consignado, havendo vontade política que, pelo menos, é assumida a nível do Governo e esperando depois para ver, de facto, a Barragem, mesmo sendo construída, demorará algum tempo a sê-lo e não será construída num hiato temporal curto. Não é, para aí, a 3 a 5 anos, até começar a ser construída. Até ser concluída, vai, naturalmente, demorar o seu tempo.

A solução alternativa que foi criada, para esse efeito, até a Barragem de Fagilde ter sido construída foi a constituição, ou a alocação destes Municípios a uma empresa que já existe, que é a Águas Douro e Paiva, que tem uma agregação de Municípios grande no Norte do País e um volumoso, para já, caudal de água, que permitiria, com a adesão destes Municípios, uma cota, com





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

o também aqui foi falado, de 10.000 metros cúbicos. Nós falámos isso na altura, até porque havia a questão de como é que seria feita essa distribuição. Não sei se se recordam, foi na penúltima Assembleia, como é que seria feita essa distribuição pelos Concelhos. E esse era o grande motivo de diferendo entre os Concelhos.

O que ficou definido é que, obviamente, tem a ver com as cotas que cada Município tem em relação à Barragem de Fagilde e confluenciaria nessa equidade. Portanto, Nelas teria a sua cota como tem Viseu, como tem Mangualde e como tem Penalva do Castelo. E essa era a forma como foi encontrada. O que fizemos nessa altura foi uma pré-adesão. Uma pré-adesão é uma vontade só expressa de que os Concelhos teriam vontade em fazer parte desta Associação de Águas Douro e Paiva.

Obviamente que isto é uma manifesta intenção e está definido para este mês de outubro as reuniões com a Administração das Águas Douro e Paiva para, eventualmente, saber se há essa viabilidade e da formalização desta questão das Águas Douro e Paiva. Também é verdade que foi dito aqui e também na reunião de Câmara que esta manifestação teve que ser feita para nós participarmos nessa reunião, não invalida que a Autarquia se vincule a esta posição.

Obviamente que uma posição desta natureza não poderá ser decidida por um Presidente da Câmara, ou por um único Executivo porque é uma questão que vai prender durante muitos anos o Município. Portanto, o que nós pretendemos e o que nós sempre defendemos é que seria feita uma reunião de Câmara e depois em Assembleia Municipal quando esta questão fosse colocada.

Mas, já tinha isto agendado para falar aqui depois quando fosse a intervenção, mas, já que falámos na água, aproveitar para dizer outra coisa também: É, neste momento, equacionável a possibilidade de outras opções. Infelizmente, também o Governo desistiu há uns anos, em 2017, de um Projeto que seria, de facto, estruturante e se calhar não estaríamos a falar disto, que é a Barragem de Girabolhos. A Barragem de Girabolhos foi uma oportunidade soberana que foi perdida. E foi perdida por causa de uma negociação orçamental. E a troca da negociação orçamental, a Barragem de Girabolhos foi deixada cair quando as expropriações já estavam feitas, quando o Estado já tinha investido fortemente nessas expropriações. E deixou cair a Barragem de Girabolhos. E a Barragem de Girabolhos seria, sem dúvida alguma, uma belíssima alternativa, eventualmente, como já estava consignada, nesta altura, se calhar, já estaria construída.

Mas não podemos viver de ses. Mas é bom também lembrarmos e contextualizarmos como também aqui chegámos. Outra coisa como aqui chegámos, é tentar, de alguma forma, contribuir para a resolução das questões. A questão das Águas Douro e Paiva não circunscreve na única opção que o Concelho de Nelas tem. Tem aqui, bem perto, duas opções também da distribuição da água em alta, quer nos Concelhos das Águas do Planalto, quer também da Serra da Estrela.

Obviamente que o Município está, de alma e coração, com o Projeto que está da Barragem de Fagilde e com os Concelhos que estão lá constituídos. Sendo certo que também, decorrendo da reunião com a Águas Douro e Paiva, poderá haver uma aceção diferente do Município. Portanto, há um conjunto de diligências ainda a tomar no que concerne à distribuição em alta. E, também depois sobre a distribuição em alta e em baixa, que é feita pelo Município, dizer também que há uma perda grande no Sistema de Distribuição de Água que se calcula à volta dos 40%, a nível nacional. E, portanto, nós temos um problema a nível nacional e local também, de armazenamento de água, para a termos, para a distribuir e um também, quando a distribuímos na sua eficácia, que tem ficado aquém.

E é nessas soluções, nas reuniões que houve, quer com a CCDR que tivemos, quer com a PO SEUR, quer com a APA e também com a ERSAR e da visita que nós fizemos à ETA de Viseu,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

da Barragem de Fagilde, na visita que lá fizemos, também nessa própria visita, a ERSAR também nos disse que uma das grandes questões que a ERSAR gostaria de ver resolvida era a questão da distribuição da água em baixa. Ou seja, mesmo a questão da Barragem de Fagilde estará sempre associada a distribuição da água em baixa, que é uma questão fulcral.

Falou-se aqui também na questão das captações da água. As captações da água da Longra, como toda a gente sabe, não têm condições para ter água potável. Portanto, a água é usada para fins industriais. Não é usada para água potável. E, dificilmente, terá razoabilidade para ser utilizada como água potável. E, nós, neste momento, não temos captações de água suficientes para isso. Naturalmente, poderá haver aqui questões de estudar novas hipóteses de captações de água, estudos que venham a ser desenvolvidos nesse sentido. Mas o que é certo também é que, independentemente, da captação de água, ou dos pontos de água que possam, eventualmente, ser aferidos, há aqui a questão também da própria reserva da água.

O Reservatório de água tem 4.000 metros cúbicos, com capacidade para 4.000 metros cúbicos de água, que é o consumo, de facto, médio, diário, do Concelho. Também já falámos aqui sobre isso. E desse consumo médio, diário, estamos a falar de, sensivelmente, 60% de uso doméstico e 40% de uso industrial. Sendo certo que e já falámos nisso também na parte da reutilização, atualmente, depois do que aconteceu também este verão e antes, foi falado com as empresas, o que tem sido feito com as empresas é enviar o consumo doméstico, a água potável, a água pública foi reduzida para 300 metros cúbicos, ou 400 metros cúbicos diários, na melhor das hipóteses, consoante as disponibilidades e tem sido feito, de facto, com a montagem do Sistema de Eletrobombagem que lá foi feito, mais uma ETAR compacta e um Reservatório que havia lá, permite que, simultaneamente, dois camiões cisternas possam fazer abastecimento num período de 22 minutos, em tempo ótimo. Obviamente, ninguém estará esse tempo todo consecutivamente.

Acontece que tem sido, de facto, aliviado porque as empresas, temos tido uma frequência entre 6 e 8 cargas diárias, o que permite, grosso modo, que o camião tenha à volta de 35 metros cúbicos e, portanto, estamos a falar de cerca de 280 metros cúbicos a 300 metros cúbicos diários do alívio da água do consumo doméstico, além da Longra que também é enviada para outra empresa.

Isto tudo para dizer o quê? Que isto permitiu também fazer com que nós tivéssemos esta pressão, este retirar da pressão do consumo doméstico e da água potável no período que nós vivemos. O Reservatório da Água, quando, finalmente, esteve pronto para se pôr em prática e estar em funcionamento, tivemos uma questão que foi o período que atravessámos. E, portanto, todos os aconselhamentos que tivemos e mesmo as Diretivas Nacionais, eram no sentido de nós não desperdiçarmos água. Para pormos o Reservatório a funcionar nós precisávamos de gastar 1.000 a 1.500 metros cúbicos de água para fazer todas as fases de experimentação.

Obviamente que não podia ser feito naquela altura. O que nós fizemos com a água que lá estava e havia lá água que estava lá de há um ano, da inauguração de há um ano, essa água foi permitida para fazer regas, foi permitida para fazer utilização nos espaços públicos, com os Bombeiros para o combate aos fogos. E, portanto, essa água não foi desperdiçada também, como esta água não será. Mesmo esta de tratamento. Agora que há a comunicação que há algum alívio, digamos assim, estamos preparados para fazer esses testes para pôr o Reservatório a funcionar.

O Reservatório a funcionar não vai, obviamente, resolver os problemas todos. Claramente que não. Mas, obviamente que, independentemente, de tudo que lhe está associado, é um garante de haver, durante um período de tempo, alguma água para as populações.

Obviamente que um Reservatório destes tem custos. Falou-se aqui de uma questão que tem a ver com o Reservatório de Água e da sua localização. Nós, em reunião de Câmara e em



termos até de Coligação falou-se nisso, nunca concordámos com a localização porque não aproveitava o gravítico. Mas já lá está. Portanto, o que está equacionável em cima da Mesa para essas questões da ETAR em vez do Reservatório será, eventualmente, a questão de painéis solares para, eventualmente, fazermos face aos consumos energéticos que, eventualmente, venham a ocorrer.

E vai haver linhas de financiamento para isso. Aliás, a Eficiência Energética, que é uma das grandes linhas, não só do PRR, mas do que vem aí também do 2030. Portanto, é natural que o Município esteja preparado, ou com vontade, naturalmente, de desonerar esta forte despesa energética. Mas também é assim: Nós, também para termos as coisas, também temos custos. E há custos que lhe estão associados. Portanto, o que nós estamos a falar aqui é na possibilidade que há de os custos continuarem, mas diminuirmos o impacto desses custos. O Sistema Fotovoltaico, os painéis solares, é, naturalmente, uma das questões, ou uma das opções de grande relevo para esta questão.

A Reutilização da Água, o APR: O Projeto de Reutilização da Água mereceu amplo consenso. Entre muitas coisas onde não houve consenso, houve muitas coisas onde não houve consenso no mandato anterior, mas esta não foi uma delas porque, de facto, o Ciclo Urbano da Água, com o encerramento do Ciclo Urbano da Água, passa, então neste período, em particular. Eu vou-me demorar um bocadinho aqui na água porque acho que é muito importante, depois tento resolver e o Senhor Presidente, eu acho que, com tanta questão que mereço também um bocadinho de tempo.

Isto para dizer o quê? No Ciclo da Água é preciso perceber também outra coisa. O Senhor Presidente disse que não agendava. Agenda. Agenda porque nós pedimos. Pode é votar contra. Porque, se for preciso fazer, fá-lo-emos. E vamos avançar com isso também. Porquê? Porque é decisivo para o Concelho. Porque é que é decisivo para o Concelho? É simples: Nós não podemos estar. São poucos projetos que há, a nível nacional, desta natureza. E este Projeto é um Projeto, de facto, que é decisivo. Se nós conseguirmos, nós não podemos, o Setor Industrial que temos é um Setor Industrial que nós nos dá pão, que nos dá sustento, que nos dá emprego, que nos dá a fixação de população.

Portanto, as empresas não têm que ser, quando nos interessa o bom, o lombo, ou o osso quando não nos interessa. As empresas, obviamente, que há questões menos positivas, mas também queriam emprego e geram riqueza. Há questões ambientais grandes neste Concelho, que não vou falar agora, senão ficávamos aqui a noite toda. Eu ficaria com todo o gosto. Não haveria problema. Mas, para dizer o quê? Que, independentemente, das questões ambientais que há para trás, o que interessa é resolvê-las agora também.

Nós, é a quarta vez que fazemos a candidatura, que abrimos a candidatura à Reutilização da Água, a quarta vez. Se calhar, já se tinha desistido e nós continuamos. E continuamos porquê? A primeira que tivemos, ficou deserta. A segunda, apareceu um candidato, mas com um valor referencial superior, que não pôde ser aceite. E voltou-se a repetir. E, portanto, nós continuamos. E até mudámos. Em vez de ser monofator, a condição só do preço, do custo, haver uma variável também que nos permita aplicar a Lei e, eventualmente, atingir isso. É um esforço grande, obviamente, mas estamos a falar aqui da Reutilização da Água que nos permite com que tudo o que é estes 40% a 45%, conforme também os picos de consumo das empresas. São duas, mas as outras empresas também consomem, vão fazer com que esse Sistema fique em ciclo fechado.

Ao ficar em ciclo fechado, libertam-nos bastante do que nós pagamos em consumo também. Consoante mais nós consumimos maior é o custo da água, também por causa do consumo elétrico também para a água chegar cá. E conforme o número de consumo que nós temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

de metros cúbicos. Portanto, se nós desonerarmos, sensivelmente, 1.500 metros cúbicos a 1.800 metros cúbicos dos 4.000 metros cúbicos diários, obviamente ao desonerar isso, desoneramos não só o custo municipal, mas o Ciclo da Água também melhora significativamente. Além de que, poupamos imenso em taxas hídricas do que descarregamos para os cursos hídricos, ou para os rios. Poupamos, imensamente, também depois em produtos que são aplicados. E também no retorno que nós temos em termos ambientais e do próprio custo da água porque o que estamos aqui a falar e agora vou tentar terminar também esta parte ainda da água, mas cá voltaremos se for preciso, é a questão do tarifário e como tem funcionado a água.

A água, até agora, tem sido custeada pelo erário público no deficit entre o que pagamos e o que gastamos. E nós temos um deficit anual entre 600.000,00 euros a 650.000,00 euros. É um deficit que foi feito porque não feita a atualização das tarifas desde 2015, como aqui foi dito. E essa tarifa não foi aumentada e foi sugerida no anterior mandato durante várias vezes para que essa tarifa fosse aumentada paulatinamente para que não tivesse um impacto muito grande e uma repercussão muito grande nos Municipales.

Nós, todos os anos, para o bem e para o mal, em janeiro, no dia 1 de janeiro de cada ano, temos como certo o aumento da eletricidade, o aumento do gás, o aumento do pão, entre outros consumos. E a água, que é um bem finito e esta atenção toda que estou a dar à água é porque tenho a certeza que vocês comungam da mesma opinião, é um tema candente, decisivo para nós, para a nossa vida, para a nossa existência, mas também para a Comunidade também fluir e o Concelho ser próspero. E, portanto, esta questão da água é fundamental.

E esse Ciclo Urbano da Água que nós temos e esta reutilização da água é vital. É vital para o que implica, quer em consumo de água, quer em disponibilidade de água também. O tarifário, não ter sido feita esta atualização vai fazer com que, obrigatoriamente, nós tenhamos que fazer uma atualização assim à força toda, para não dizer uma expressão mais brejeira. E isso vai ter um impacto porque nós sabíamos, o Município, quando fez a candidatura às ETAR,s, que está consignado o compromisso do aproveitamento da água em 90%.

Ora, se nós temos uma perda de 600.000,00 euros a 650.000,00 euros/ano, não o estamos a fazer. E, portanto, estamos com uma taxa entre 44% a 45%. Estamos aquém do que deveria ser feito. E, portanto, vamos ter que fazer essa atualização. Essa atualização, já está a ser feito o Estudo. O que nós achamos é que este debate tem que ser um debate público. Não é tanto o debate público para ser conhecimento público. Há uma sessão pública, que eu também falei nisso ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que há a ideia de fazer uma sessão pública. Pode ser uma Assembleia Municipal Extraordinária, embora eu ache que seria mais, eventualmente, interessante até ser como sessão pública, para a qual já se disponibilizaram a estar presentes, quer a Presidente do PO SEUR, quer a Presidente da ERSAR.

E esta discussão e esta informação tem que ser tida e proveitosa. Nós estamos a falar deste hiato todo que tem que ser feito. E, agora, para 90% e mais tarde, a breve trecho também, para a sua plenitude do consumo, que é o que faz sentido. Se nós gastamos X metros cúbicos de água temos que pagar o mesmo X de metros cúbicos de água e não o contrário. Ou seja, este sub pagamento que houve durante estes anos todos fez com que chegássemos agora a um ponto onde vamos ter que fazer isso à força porque somos obrigados e porque temos que o fazer porque não há nada a fazer.

Se não o fizermos, temos que devolver, não os 2 milhões de euros só que o Senhor Presidente da Assembleia falou, mas o financiamento de todas as ETAR,s, de todas as ETAR,s e do Reservatório do Ciclo Urbano da Água. Estamos a falar de 8 milhões de euros. Estamos a falar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

de 8 milhões de euros do financiamento de Fundos Estruturais, porque há financiamento dos empréstimos municipais.

Portanto, é demasiadamente, evidente que isso não vai acontecer. Portanto, vamos ter que aumentar a fatura da água. E vamos ter que contar com isso, com o apoio das Entidades Reguladoras. E fazer isso de forma faseada, que foi isso que pedimos. Embora isso também não fosse aceite assim com essa vontade e com essa vontade toda. Mas nós tentámos fazer que isso fosse repercutido de maneira a não ser no imediato de um ano, mas ser diluído à frente por dois anos, salvaguardando sempre a questão, que é importante e isto também está estipulado do tarifário social e de precavermos quem consome menos e as Famílias que precisam de mais apoio e os nossos Municipais. E, portanto, eu acho que este esclarecimento e esta informação, que muita dela também já tem sido dada, também fazia sentido ser feita.

Uma última nota para também dizer-vos que as empresas que acederam fazer esse transporte dos camiões-cisterna, o nosso investimento é mesmo as eletrobombas, que são 37.500,00 euros, que é o investimento que o Município achou muito razoável, uma vez que desafogou, imensamente, o fluxo do consumo doméstico. Só para vos dizer, por exemplo, que nos picos de julho e de agosto, mesmo sem as empresas sem água, que nós cortámos a água às empresas e fornecíamos água durante um tempo e durante dois, ou três dias, estiveram sem água em conversações com as empresas, ou só com 100 metros cúbicos diários, o nosso consumo passou a ser 4.500 metros cúbicos. Só das pessoas. E as pessoas, por mais sensibilizadas que sejam para isso, às vezes, as respostas que nós tivemos foram: Eu pago. Mas não é o eu pago só que chega. E essa questão da água vai ser pensada dessa maneira também.

Se calhar, não é, politicamente, correto também dizer isso, mas a água é um bem finito. É um bem precioso que nós precisamos e vamos todos que ter noção disso e esta sessão pública é importante, se calhar, depois que esta gente toda que cá esteja hoje e todos os outros e os Agentes Políticos e os Atores Sociais também, que estejam presentes nessa conversa profícua. Sendo certo quem, independentemente, de tudo o que seja falado, nós vamos ter que pagar mais de água e fazer essa atualização do aproveitamento da água dos 45% para os 90%. Aquela parte, para terminar, é que as empresas que fizeram o transporte com os camiões-cisterna, os camiões-cisterna, naturalmente, foram custeados pelas próprias empresas e não pelo Município, como, eventualmente, alguém possa ter pensado sobre o assunto.

Posto isto sobre a água, eu acho que não me esqueci de mais nada sobre a água, tentar, de alguma forma, às muitas questões que foram levantadas. Mas, de alguma forma, dar alguma resposta a isto.

No que concerne ao Senhor Deputado André Borges e a algumas das considerações que fez, são considerações suas, que eu respeito. Obviamente, não vou comentar, particularmente neste cenário porque se tivesse que o fazer, obviamente, se calhar, também poderia, eventualmente, não ser, propriamente, politicamente, correto. E, portanto, parece-me adequado, nesta questão, dizer ao Senhor Deputado que vivemos em Democracia. O Senhor Deputado tem direito, como qualquer Deputado, a fazer os seus comentários. Estão feitos. Estão registados. Não os vou comentar.

Sobre a questão da Aldeia de Portugal/Caldas da Felgueira, sobre a questão das Aldeias de Portugal/Caldas da Felgueira, o Senhor Deputado falou que havia muita publicidade a iniciativas culturais nas Redes Sociais, mas devia lá ter visto que a programação está lá feita para as Caldas da Felgueira e é para o ano todo, como podem atestar, inclusivé, os próprios Presidentes de Junta de Nelas e de Canas de Senhorim que participam em Grupos e Associações e a Associação das Caldas da Felgueira e o Município, entre outros Atores Culturais para um



Programa diversificado sobre as Aldeias de Portugal e as Caldas da Felgueira. Portanto, aí, parece-me que o Senhor Deputado, porventura, não terá reparado nessa questão.

Sobre a Ponte do Rio Mondego, a Ponte do Rio Mondego. Estávamos a falar sobre a Ponte do Rio Mondego da Felgueira para Oliveira do Hospital, é, de facto, uma Ponte que é do Município. É uma obra de arte que ficou para o Município. Estas coisas também são boas e funcionam desta maneira. E a Ponte sobre o Rio Mondego, há questões que têm a ver com as Infraestruturas de Portugal, independentemente de ser do Município. E na Ponte do Rio Mondego foi feita uma avaliação à Ponte e à parte estrutural da Ponte do Rio Mondego e havia um Programa, no seguimento da tempestade Elsa e Fabien, que contemplava uma intervenção, precisamente, aqui.

O que acontece com esta intervenção é que o Elsa e Fabien estava no Orçamento de Estado com um apoio para 60%. No Orçamento de Estado a seguir passou para 25%. E, neste momento, o que nós pedimos, nós e os outros Municípios, particularmente, os da CIM, foi que fosse reposto, ou, parcialmente, reposta a parte do diferencial porque estamos a falar de um apoio de 60% para 25%, a diminuição quase de  $\frac{1}{3}$ .

Sobre a Quinta da Cerca, a Quinta da Cerca é Património do Município, Municipal. É um edifício histórico há muitos anos. Em bom tempo foi comprado. Em bom tempo foi programada. E, de facto, há muitos, muitos anos que a Quinta da Cerca não tem o seu pleno funcionamento. A Quinta da Cerca tem funcionado de uma forma, basicamente, residual, com a ocupação esporádica, uma ou outra vez, sim, com os Escuteiros e com o SOS Animais também. Mas pouco mais.

A Quinta da Cerca não funciona há 30 anos. E, portanto, é assim: Também não é desculpa. Mas também não queira o Senhor Deputado que, num ano em que esteve aí a elencar de paralisia, que seja feito o que não foi feito em 20 anos. Mas a Quinta da Cerca está lá. Está no Programa. Estaremos cá para fazer contas depois no fim. Mas está como uma das prioridades em termos de Programa da Coligação, como o Senhor Deputado bem sabe.

Sobre a questão da Academia Municipal de Artes, o funcionamento foi feito em articulação com os Encarregados de Educação. E o que nós estamos a falar aqui é de mais valências que há para, em termos da Academia que deixou de ser só de Música e passou a ser das diversas manifestações de Artes Performativas. E o que nós estamos a falar é de coisas simbólicas e de coisas, perfeitamente, irrisórias, de funcionamento. E acho que isso também deveria ter sido dito e realçado porque, de facto, para nós asseguramos a sustentabilidade das coisas não temos que ter lucro, mas podemos ter alguma auto-sustentabilidade no funcionamento. E nós estamos a falar de valores muito residuais, como o Senhor Deputado sabe e muito exíguos.

Nos abrigos para a paragem dos autocarros, esse levantamento está feito. Acho que já tínhamos referido isso numa Assembleia Municipal. É uma questão também que está com um Projeto com a CIM. Está a decorrer. E, portanto, quando estiver o processo concluído, obviamente que isso será salvaguardado.

Sobre a questão de colocação de passadeiras, há muitos pedidos para a colocação de passadeiras, quer de Juntas de Freguesias, quer de Municipios, quer de diversas pessoas. E os Serviços têm feito um levantamento notável sobre isso. E está feito. A quantidade de passadeiras pedidas é enorme, é muito grande. Mas, depois, também há regras e depois temos que ter autorizações para fazer isso, como o Senhor Deputado também sabe. E, neste momento, os Serviços também estão a diligenciar isso, muito bem feito, aliás, pela Dr.<sup>a</sup> Susana Henriques e pela Eng.<sup>a</sup> Susana Mesquita, que têm feito um trabalho notabilíssimo nesta questão, na inventariação e no acompanhamento ao procedimento. E é bom que fique esse enaltecimento público feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Sobre a Requalificação da Praça de Táxis, o Senhor Deputado disse que não teve resposta. Não é verdade. Teve. Disse-lhe que isso estava a ser tratado. Sim. Sim. Se me deixar acabar, depois se não estiver satisfeito com a resposta. A Requalificação da Praça de Táxis, nós tínhamos dito que ia ser tratado porque é assim: Os 7 lugares e tinha sido dito na altura, os 7 lugares foram atribuídos à Praça de Táxis, aos Taxistas. E, portanto, não se pode chegar lá e dizer-lhes: A partir de agora isto não é vosso. E, portanto, naturalmente, há que fazer questões, inclusivé, há aqui um ponto da Ordem de Trabalhos para uma outra questão, da mobilidade. Mas também com Táxis. E isto tem regras. Tem mecanismos. Tem autorizações. E, portanto, não é feito de um dia para o outro.

Mas antecipou-se essa questão porque, mesmo na última reunião de Câmara falámos nisso, com a explanação até que houve com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, que também concordou com as sugestões que havia desenhadas para o efeito. E uma delas é o que foi falado aqui, que era passar os Táxis, com a Requalificação do Escanção, que não é pacífica porque há gente que não concorda com isto, ou com aquilo, é normal, nomeadamente, com a parte do estacionamento.

A ideia que havia era: Então, se vamos requalificar o Escanção, se vamos torná-lo num espaço emblemático da Vila, vamos estacionar em frente? O que é que nós ganhamos com isso? Nada. Agora, tem que se arranjar estacionamento para aquele espaço, para a parte comercial? Sem dúvida que sim. Agora, os lugares que lá estavam à frente, estamos a falar de 3, ou 4 lugares. Eu, pessoalmente, o Executivo pensa que como está, está melhor. Dignifica o Espaço. Dignifica o Escanção. Dignifica a memória de Nelas. E dignifica o Patrono que é o Coração do Dão. E isso é uma assunção do Município. Claramente. Sem problemas. Quando se faz isto nunca se agrada a Gregos e a Troianos. Foi decidido com consciência plena que era aquilo que nós julgávamos que era a melhor solução.

Agora, obviamente, em termos de arranjar forma de haver outros estacionamentos, é uma delas. Que é passar de 7 para 2 lugares. Espalhar os outros 5 lugares pela Vila. E proporcionar 5 lugares de paragem, que não de estacionamento, para não ficar lá o dia todo parado o automóvel, que permita mobilidade aos Correios e a alguns estabelecimentos comerciais dali. Da mesma forma, também nesse sentido, reparem como as coisas estão colocadas, que não permite também que haja estacionamentos, que está lá proibido, no Largo José Tavares, porque o Espaço é como é, tem que ser emblemático.

Na forma como está a ser pensado também de colocar só num sentido. E isso há-de estar em consulta pública e há-de vir à Assembleia Municipal, a Rua Vasco da Gama. O objetivo que está ali, claramente, é no sentido de que haja só uma circulação de forma a que possa haver um estacionamento que possa ser feito e ganhar ali uma margem também para as pessoas poderem estacionar os carros. Sendo certo que também haverá um projeto mais abrangente que passará por condicionar o trânsito e colocar num só sentido de maneira a haver mais estacionamentos.

Nas obras dos Caminhos-de-Ferro, os constrangimentos estão lá e são grandes. Mas é assim: Independentemente de tudo, nós não podemos fazer nada. A Modernização da Linha da Beira Alta é nacional. Não implica, não carece de autorização municipal. Depois, nós não podemos andar a dizer, a bradar aos céus, porque é imprescindível que a Modernização da Linha da Beira Alta seja feita. E quando ela está a ser feita falamos dos transtornos. O transtorno é grande. E o maior é nosso que todos os dias ouvimos queixas, mesmo não sendo da nossa responsabilidade, temos queixas. Seja por quer que seja.

Onde nós podemos ter, eventualmente, algumas responsabilidades e tentar resolver é nas passagens pedonais. E, nem mesmo aí, também não é tão fácil. Agora, quanto ao resto, é assim: A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Infraestruturas de Portugal reuniu connosco e responsabilizou-se, ou disse-nos que o Programa era para terminar em janeiro de 2023. Ora, em janeiro de 2023 é, demasiadamente, óbvio, não é preciso ser especialista na matéria para que não estará concluída a empreitada em janeiro de 2023. Se calhar, em janeiro, mas não será de 2023, seguramente.

Estes transtornos todos serão grandes para a mobilidade, é verdade. Para a população toda que, de alguma forma, está ressaciado o caminho para a parte mais central da Vila. E há gente que tem problemas grandes por causa disso, os Municipais, Jovens, até para vir para a Escola. Mas aquilo é que é. Já tentámos ver até. Estivemos no Agrupamento, Professor Borges, para ver alguma possibilidade até de haver uma passagem pela Escola Secundária. Mas não é exequível porque isso teria que ter uma Passagem Superior. Também a Infraestruturas de Portugal também diz que não é exequível ser feita por causa da obra. Não querem que isso seja feito. E, portanto, também não é fácil, às vezes, arranjar soluções.

Sendo certo que a Modernização da Linha da Beira Alta é para nós vital. Pode demorar um bocadinho, mas, ótimo. Porque, depois quando ela estiver concluída, nós todos cá estaremos todos para falar e vamos ver que aquilo foi decisivo para o Concelho, não só em termos de população, mas em termos empresariais também. Com os ramais que há, tanto de haver um Nelas, com a possibilidade de haver um em Canas de Senhorim também. E, portanto, nós estamos a falar aqui de potencialidades enormes para o desenvolvimento económico e industrial do Concelho.

Portanto, parece-nos que, independentemente destes condicionalismos todos, é uma inevitabilidade. Que vai piorar a mobilidade com as obras na Av.<sup>a</sup> João XXIII? Vai, obviamente, porque já temos um condicionalismo e vamos ter outro. Mas as coisas, às vezes, são como são. Portanto, às vezes falar de inação e fazer estas coisas que são, politicamente, incorretas, ou suscetíveis de críticas, se calhar, às vezes, valia mais estar-se quieto. E não é o caso.

Porque é que a Av.<sup>a</sup> João XXIII avançou agora? E porque é que foi só agora? A Av.<sup>a</sup> João XXIII parou e, Senhor Deputado António Borges, este Executivo tem um grande Vereador de Obras. Chama-se Artur Jorge Ferreira. E tem a confiança completa do Presidente da Câmara. E é um Vereador de Excelência com o qual este Executivo se revê e está a fazer muitíssimo bem o seu trabalho. Eu não sei se, na sua intervenção, foi um lapso, do Vereador de Obras, ou uma falha de memória. Mas chama-se Artur Ferreira. E é um grande Vereador, um bom Vereador de Obras. Ele não precisa disto, mas é o que tem que ser feito.

Sobre a questão das obras da Av.<sup>a</sup> João XXIII, também uma questão que é importante. Na Av.<sup>a</sup> João XXIII, quando foi parada, foi parada? Foi. Fomos nós que a mandámos parar? Fomos. Para fazer a reavaliação da obra e do impacto. Nós estávamos a falar aqui, Senhor Deputado e falo, como se disse também, que no primeiro semestre do Exercício deste Executivo entraram faturas no valor de 5 milhões de euros. Não sei se querem que eu repita. Entre outubro de 2021 a março de 2022 entraram faturas na ordem dos 5 milhões de euros.

E o Senhor Deputado António Borges acha que a diminuição quase de um milhão de euros a Fornecedores é uma coisa de somenos importância. É que não só essas faturas de 5 milhões de euros tiveram que entrar e tiveram que ser pagas, como ainda se abateu grande parte que havia a Fornecedores, Senhor Deputado. Porque, o que nós estamos a falar aqui é que em 2021, quando terminaram, eram 3 milhões de euros as dívidas a Fornecedores. E neste momento, estão na casa dos 2 milhões de euros. E aproveito para responder ao Senhor Deputado, faço aqui, porque também aparece e, se calhar, faz sentido. Penso que o Senhor Deputado André não se melindre com isso.

Mas, já que estamos em passant, podemos falar disso, é assim: O Executivo priorizou uma coisa que parece que é importante e que também está evidenciado na Demonstração de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Resultados, que é o Controlo Orçamental. E o Controlo Orçamental tem custos. E os custos são custos políticos. Porque assumir que se quer pagar o que se deve, que se quer tentar cumprir onde estava a resvalar. Nós estávamos com uma dívida a Fornecedores a resvalar para a ilegalidade do que é imposto pela Lei. E nós baixámos, consideravelmente, o prazo de pagamentos a Fornecedores. Nós, neste momento, tínhamos um prazo de pagamentos a Fornecedores de 137 dias e, neste momento, passámos para um prazo de pagamento a Fornecedores para 57 dias.

Portanto, o que nós estamos a falar aqui é de uma diminuição considerável. E, porque é que isto também foi feito? Porque é que isto foi feito? E porque é que foi priorizado? Por duas coisas. Está aqui, Senhor Deputado. Porque é que isto está feito? Pela simples razão, a questão de se priorizar o pagamento a Fornecedores tem a ver com duas questões essenciais: Uma, ao fazê-lo, grande parte deles são fornecedores municipais, ao fazê-lo, estávamos a assegurar a sustentabilidade de muitas empresas do nosso Município e a alavancar a economia local. E, portanto, pareceu-nos que era o caminho correto a tomar, sabendo que ao fazermos isso, obviamente, não poderíamos ter Sol na Eira e Chuva no Nabal. E, portanto, não haver disponibilidade financeira para socorrermos, já dissemos várias vezes, aos anseios que nos comprometemos fazer em Programa Eleitoral, aos anseios dos Presidentes de Junta. Que também lhes dissemos, contando com a sua compreensão, umas vezes de uma maneira mais compreensiva, passo a redundância, outras vezes, nem tanto.

Mas foi este o caminho. E seguimo-lo, sabendo que era o caminho difícil de fazê-lo porque, obviamente, não era um caminho que tivesse repercussões de palmadinhas nas costas. Mas era o caminho para tomar. E tomámo-lo. Ou seja, evitar que muitas das empresas locais ficassem sem sustentabilidade financeira. Muitos dos Fornecedores. Muitas das empresas. Muito do Setor Comercial. E ao fazê-lo também, permitindo esta alavancagem na economia local. E isso foi assumido.

Sabemos também que, ao fazer isto, teríamos que pagar, como pagámos, com o aumento brutal das faturas, com, depois, a Revisão de Preços, que o Governo mandou, mas quem paga são as Autarquias. E com os custos acrescidos, na maior parte das empresas, que passaram para mais de 50%, ou 60%, do que estava previsto e que estão a ser pagas. E, se calhar, não fica por aqui, mesmo com a Revisão de Preços. Poderá haver empreitadas e fazemos as contas todas depois. Até porque isto não basta dizer. Depois, convém é meter as coisas no papel e demonstrar com papel, que, muitas delas, ficarão muito perto dos 70%, 75% e mesmo o dobro, por causa do aumento dos custos dos materiais, da Revisão de Preços, mas também de muita coisa que ficou por pagar e que este Executivo está a pagar.

Quando não se estão a fazer obras, estão, Senhor Deputado, porque se não fosse pago desta maneira, não estava o Mercado Municipal quase concluído, não está o CRO que tem aqui um investimento maior do que o que lá estava estipulado, para funcionar. Nós, para funcionar, com as vistorias que fizeram, tivemos que lá fazer obras quase em mais de 50% do que o CRO custou. E teve que ser pago, Senhor Deputado. Portanto, quando não há obra, há, aliás, a obra que transita está a ser paga agora. Muita dela, a grande maioria, agora. Portanto, sobre obras, Senhor Deputado, sim. E dos custos a dobrar, não interessa? Da faturação excessiva. Do aumento dos custos dos materiais. Pronto. Sobre os custos estamos a falar.

Sobre as tais obras que este Executivo não continuou. Portanto, eu acho que dá para perceber porque é que não continuou. Quais foram as prioridades concedidas? Obviamente que, qualquer um de vocês está legitimado para divergir, para discordar, para achar que não é este o caminho. Obviamente que sim. Mas foi este o caminho que nós seguimos e que estamos a seguir e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

que vamos continuar a seguir. Foi isso a que nos propusemos e é isso que vamos fazer. E achamos que haverá tempo para tudo. Depois, no fim do mandato, cá estaremos para fazer as contas finais.

Sobre as obras também, dizer-lhe uma coisa, Senhor Deputado: Algumas que, se nós fossemos Executivo e as apanhássemos no início, não as realizaríamos. E, algumas delas, não as vamos realizar mesmo. Vou-lhe dar um caso concreto: o SIG, o Sistema de Informação, os, vulgo, MUPIS, é um valor excessivo para ser posto só em Nelas e em Canas de Senhorim. O Concelho é mais do que Nelas e do que Canas de Senhorim.

Em segundo lugar, o concurso ficou deserto. Em terceiro lugar, o software não estava contemplado e tinha um valor semelhante quase ao concurso que era para ser lançado. Portanto, não a vamos fazer. Há um novo Quadro Comunitário. Poderá haver condições vantajosas. Aí, eventualmente, poderemos fazê-la. Não a vamos fazer. Não vamos fazer a Ciclovia, para já. Não temos capacidade financeira para assegurar isso.

E porque é que vamos fazer a Av.<sup>a</sup> João XXIII? Por uma simples razão e essa, acho que é importante, a mais importante de todas, que foi aquilo que nos convenceu mais. Não é a parte da Requalificação Urbana da Av.<sup>a</sup> João XXIII. Não é essa a parte que nos interessa mais. Mas também nos interessa. O que interessa mais é tudo o que está para fazer por baixo da terra. A parte da canalização, das tubagens, das águas pluviais, da parte do saneamento, das condutas de água, essa é a parte que nos interessa fazer mais. Haverá outra para fazer. Mas o seu a seu tempo.

Foi aproveitar o financiamento que havia e esta parte faz sentido mais por aí, até do que foi apresentado como a Requalificação Urbana. É importantíssima? É. Naquela Avenida, se calhar, também podemos fazê-la. Mas há muitas outras localidades e avenidas e ruas neste Concelho que precisam mais do que aquela.

Mas, o que foi para nós decisivo foi tudo o que poderia ser feito por baixo da terra. E isso foi o argumento que para nós contou mais. Vamos fazer a Av.<sup>a</sup> João XXIII. Porquê agora? Porque agora porque também foi falado com os Comerciantes. Depois do período da COVID-19, muitos deles pediram-nos: Deixem-nos este período. Vêm aí os Emigrantes. Eles também estão de regresso. Deixem ficar. O que eles fizeram, vale o que vale, foi agradecerem-nos nós fazermos a obra só depois do verão. Os Comerciantes ficaram satisfeitos com isso. E nós ficámos satisfeitos também. Com uma desvantagem: Nós estamos a correr mais riscos com isso porque, se tivéssemos feito a obra mais cedo, eventualmente, não teríamos que andar a correr com ela. Mas a sensibilidade para a parte dos Comerciantes, para a sensibilidade para a economia local, foi uma questão que estive e está sempre em cima da Mesa.

Sobre a Avenida, é feita, liminarmente, num minuto, em três fases, para evitar o constrangimento que vai sempre haver em qualquer obra, em qualquer empreitada. Vai começar a ser feita da Escola da Avenida até aqui á nossa Rotunda. Essa será a primeira fase. Haverá uma segunda fase, dessa Rotunda até, sensivelmente, ali para cima do Centro de Saúde, da Pérola Doce. E, depois, uma terceira, até á Rotunda da Igreja, da Fonte Luminosa, como entendam. E, portanto, vai ter constrangimentos? Vai. Começa aqui em baixo, deliberadamente, porque a parte forte, comercial, vai ser mais salvaguardada por causa de, precisamente, o Natal. E, portanto, sim, houve essas preocupações. Agora, foi feita na altura correta? Para nós, sim. Fomos sensíveis a esses argumentos. E, portanto, fizemo-lo nesse sentido.

Dizer ainda, sobre outras empreitadas que se estejam a fazer, ou que estejam a decorrer, o Reservatório, muito em breve, depois de fazer esta experimentação que vai ter que ser feita, estará a funcionar, como nós esperamos também. E, portanto, houve muita coisa que foi dita que estava feita e não estava. Houve muita coisa que foi inaugurada sem estar concluída. E há coisas que estão concluídas e são feitas agora.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Nós vamos ter o Mercado Municipal concluído brevemente. Estamos a falar de custos do Mercado Municipal e, se calhar, faz sentido, depois, também, Senhores Vereadores, trazermos depois até o que foi o valor da obra inicial e depois o da obra final, para nós, depois, vermos as coisas. E, neste caso aqui, também, estes custos a mais que apareceram, do CRO, do Mercado Municipal, foram feitos com recurso a esta gestão que nós falámos do quotidiano do Executivo.

Obviamente, para se fazer isto não houve disponibilidade financeira para corresponder aos anseios das Freguesias. É verdade. E as outras obras que eram para fazer, não eram para fazer, como por exemplo, podemos falar até da Área de Acolhimento Empresarial, que um dia teremos a oportunidade de falar sobre só esta empreitada e algumas das vicissitudes da própria empreitada, com terrenos e com os circuitos e com os lotes disponíveis. Mas deixaria isso para uma próxima reunião, uma vez que já vai longa a minha intervenção e ainda tenho aqui algumas questões para responder.

E, portanto, eu, ao Senhor Deputado André Borges, se me esqueci de alguma coisa, peço-lhe desculpa. Algumas das questões que têm a ver da herança pesada do Vereador em Permanência. Sim. O Vereador em Permanência é o Vereador Rui Marques. Agora, sim e o Executivo está completo. Quanto às outras informações que tem, são informações que tem, não são fidedignas. Não sei. Talvez mudar de fontes talvez seja um bom conselho nesse sentido.

Ao Senhor Deputado João Alfredo agradecer as palavras da Requalificação da Estátua do Escanção. É um Espaço que diz muito ao Senhor Deputado, como também sei, como, frequentemente, tem falado sobre isso. E o Espaço não está concluído. Num minuto muito rápido, os porta-enxertos que lá estão colocados é para ficarem com castas. São 20 vasos porque são 20 as castas originais do Dão que estão no Escanção. Da parte de trás do Escanção estão lá insertas, 10 brancas e 10 tintas. E são essas castas que o Centro de Estudos Vitivinícolas, com a Eng.<sup>a</sup> Vanda, que é, de facto, a grande guardiã das castas e do Vinho do Dão, que veio com o Estudo Técnico e estará lá isso, devidamente, patenteado. E a parte também de iluminação do próprio Escanção. A Feira do Vinho também, é só agradecer também só as palavras.

Sobre os Contratos-Programa, no âmbito da Delegação, nós já falámos disso com as Freguesias. A celebração de Contratos-Programa, a Delegação de Competências para as Freguesias mudou. Agora, é necessário fazer Contratos-Programa e esses Contratos-Programa já foram comunicados também, que é para ser feito nesse sentido. Para já, neste ano, com o pagamento faseado este ano e no próximo, repercutido com que era o habitual nos anos anteriores. E, depois, paulatinamente, à medida que formos tendo outras disponibilidades, avançar num outro caminho.

A passeadeira da Av.<sup>a</sup> da Liberdade é uma das que está incluída no Programa. Já está pedida há muito tempo também, quer pelos Serviços, quer até por uma Entidade Empresarial que está lá feita.

Nos Assistentes Operacionais, com os Alunos das Necessidades Educativas Especiais, Senhor Deputado, não é completamente verdade. Nós temos os rácios que há de Funcionários. Há rácios de Funcionários. Isto da Delegação de Competências era outra conversa boa. Mas, nós, da Delegação de Competências, ficámos com a parte do Secretariado. Ficámos com a parte do osso, uma vez mais e lombo ficou com o Ministério. Portanto, nós não temos, para ficar com uma ideia, 91 Funcionários passaram para o Município. Mas, depois, há dois tipos de Funcionários.

Há os Funcionários que são do Ministério da Educação. E, depois, há os Funcionários que são do Município. Depois, dentro dos Funcionários que são do Município, ainda há os Acordos, os Funcionários que são CTI,s, que lá estão há anos e estes Operacionais que vão mudando. E o que tem que ser feito também com os Agrupamentos é os Funcionários. E, isto evita o quê? Há um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

horário dos Funcionários do Ministério, um horário rígido, que inviabiliza, por exemplo, que possa ser feito o rearranjo dos horários de forma a não ser preciso tanta gente.

Dito isto, como o Senhor Professor sabe muito bem. Ou seja, esse horário das 10 horas às 05 horas, se a memória não me traiçoa, evita que possa, por exemplo, gerir os Funcionários antes, ou depois, para fazer um acompanhamento maior. Ou seja, nós estamos a duplicar custos, desnecessariamente, porque o Ministério acha que aqueles Funcionários, que a Autarquia não pode mexer, interferir na gestão da planificação. Isso faz com que seja os nossos Funcionários a salvaguardar tudo o que é prolongamento, antes e depois.

O que aconteceu este ano é que houve muitos pedidos de prolongamento de horário, normalmente, por causa dos afazeres dos pais e aumentou também muito o número de pedidos. E também aumentou muito o número de crianças que apareceram de Necessidades Educativas Especiais. E, em abono da verdade, como o Senhor Professor sabe, no Ensino Pré-Escolar, a obrigatoriedade é do Ministério. E o Ministério não está a cumprir. E, portanto, serve para assegurar essa questão, obviamente, só pode ser o Município. Agora, também é, perfeitamente, perceptível. Nós temos que ter sensibilidade social, acolher, naturalmente, com enlevo, as crianças nessa situação. Mas também ter noção que nós não podemos ter um, ou dois, que às vezes são pedidos até dois Assistentes Operacionais, para cada criança.

Portanto, estão a ser feitos outros passos nesse sentido. Reuniões que foram feitas com a APPCDA, muito recentemente e com outras Instituições de forma a que seja salvaguardado, naturalmente, o mais importante que é o percurso escolar, formativo, de vida destes Jovens e em sintonia também com os Agrupamentos.

Nós temos uma Sala de Autismo em Canas de Senhorim. Está para ser feita uma em Nelas, candidatada com o apoio também do Município. E, portanto, esse trabalho também está a ser feito nesse sentido. Para ficar com uma ideia, o Senhor Professor João Alfredo, é assim: Nós fizemos o Estudo do que é do pré-COVID-19 e o pós-COVID-19. O número de Funcionários aumentou, substancialmente, por causa do que decorria da Lei, por causa da desinfeção, da salubridade e da limpeza das instalações.

Passou o COVID-19, nós achámos é que devia voltar ao que era, aos rácios. Para ficar com uma ideia, ficou quase parecido com o que era. Mas, naturalmente, também não podia ser da mesma forma. Foi isso que também fizemos sentir. Mas ninguém ficou sem ser salvaguardada o que estava para trás. O Município não se regateou esforços. O que fez também, deixe-me que lhe diga duas coisas, que é o seguinte: Nesta questão dos rácios, os rácios que o Município tinha obrigatoriedade, foram superados.

Passámos para além do que era os rácios, que são rácios do próprio Ministério da Educação. E fomos nós que respondemos onde o Ministério da Educação falhou, nomeadamente, nos Assistentes Operacionais a estes Alunos, que nem um colocou. Foi o Município que tratou do assunto. E, portanto, Senhor Deputado, é bom também que isso seja salvaguardado.

Sobre AEC,s, dizer que há Municípios, aqui bem perto, um deles o Município que é a Capital de Distrito, que ainda não tem, sequer, a funcionar as AEC,s. Ainda não tem. Nós podíamos ter começado no dia da sexta-feira. Mas como não começava ao mesmo tempo, nós resolvemos começar na segunda-feira para todos. Para se ter a ideia que começa, ou é para todos, ou não é para ninguém. E há outros Municípios também. Lembrar também que as AEC,s nem sempre começaram a horas e a tempo. Começaram, no ano passado e este ano, quando começaram a sua atividade escolar.

Na Linha da Beira Alta, aquele tema que você costuma falar com frequência, já desde o mandato anterior, é uma questão que, naturalmente, está a ser sempre relevada com a CP e com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Infraestruturas de Portugal. E, além disso, há uma outra questão que tem a ver ali com a nossa Zona Industrial, que está constringida com parte de terrenos para a expansão de algumas empresas nossas, sediadas há muitos anos. E será também, já foi referido e voltará a ser enfatizado da nossa parte, no que nos disse o Diretor Regional da Infraestruturas de Portugal, que haverá durante este mês de outubro uma reunião com a Infraestruturas de Portugal com todos os Concelhos que fazem parte, ou são atravessados pela Modernização da Linha da Beira Alta.

Ao Senhor Professor António Borges, pouca Execução, Senhor Professor António Borges? Dos 31%, ou 32%, que lá vê, eu recomendo-lhe ver os Relatórios de 2017, de 2018, de 2019 e de 2020. E, depois, veja que se você vê a diferença.

Sobre o Mercado Municipal e o CRO, eu acho que já lhe respondi. Se quiser que lhe diga mais alguma coisa é sobre os custos que nós temos a pagar. Tudo o que tinha de projetos de conceção tiveram que ser alterados porque havia erros do Projetista. Havia erros de conceção. Há custos que foram feitos por causa disso. E, portanto, não, a Câmara não está parada. O Vereador de Obras está aqui ao meu lado direito, à vossa frente, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Vereador. E, portanto, com isto tudo, estamos a ver onde está parada.

Quanto vai custar a paragem das obras? A paragem das obras, Senhor Deputado, tem a ver com duas, ou três coisas, que é importante também falarmos aqui. Nós temos um Quadro Comunitário que está a terminar, o PT 2020. Temos a decorrer o PRR. E temos um que vai começar no início do próximo ano. E, nestes Quadros Comunitários, havia a questão da Habitação Social, que já foi falada aqui. Nós tínhamos uma comparticipação da Habitação Social. Houve a possibilidade dos Municípios migrarem o Projeto para o PRR, melhorando, substancialmente, a comparticipação dos Fundos Estruturais. Estamos a falar de uma comparticipação de 100%, com custos também associados, mas, claramente, mais vantajosa para o Município do que era o Programa anterior. E, portanto, o Município, obviamente, se for aceite a candidatura, vai por este Sistema do PRR. Portanto, algumas obras, a ponderabilidade também fez isso.

E fez isso também nos Centros de Saúde. Como vocês sabem, que era um dado adquirido, os Centros de Saúde, que estavam aprovados com valores, como disse a Senhora Presidente da CCDR, inacreditáveis. Mas, o que é certo dos Centros de Saúde? O que nos foi dito é que não estavam orçamentados. O que estava dito é que não cumpriam o que eram os requisitos e a própria CCDR disse-nos que os Projetos que eram para cair. A reunião foi lá na CCDR. Está em ata. Portanto ir à Senhora Presidente para dizer isso, se for preciso.

Mas o que é que nós fizemos? Nós não desistimos dos Projetos dos Centros de Saúde, embora nos tenham pedido para fazer isso. Porque, eventualmente, se falava que podiam ingressar em sede de PRR. E foi onde estão e estão consignados. Os Centros de Saúde, a Reabilitação dos Centros de Saúde de Canas de Senhorim e de Nelas estão já em PRR identificados pelo Ministério. Agora, obviamente, vai abrir o procedimento, as candidaturas. Nós já submetemos a candidatura. Tivemos que fazer a submissão de candidatura ao PRR. Está submetido. Uma das valências grandes, que tivemos que fazer uma alteração, foi por causa da Eficiência Energética. Há uma obrigatoriedade para que seja isso contemplado com propriedade e foi isso que foi feito. E, portanto, estas duas valências vão funcionar dessa maneira.

Se nós virmos que há alguma obra decisiva que possa ser incluída dessa forma, também o faremos. Se nós virmos, por exemplo, nós tentámos, só para terminar este ponto. O PO SEUR era quem era responsável pelas ETAR,s e pelo Projeto de Reutilização da Água, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tão enfatizou. Mas, o que é certo é que o financiamento daquele Projeto não é um financiamento, o Projeto é bom, mas o financiamento não é espantoso. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

70% de 75% por causa da Taxa Forfetária porque, como é um Projeto que gera Receita, portanto, tem cortes no seu financiamento.

Estamos a falar depois do hiato que é o montante elegível para o que o Município acaba por pagar, fica em, sensivelmente, 52,5% de apoio de Fundos Estruturais e 47,5% de apoio municipal. Que é um apoio muito razoável. O que acontece com isto é que também o apoio que havia, o que o PO SEUR nos disse, é que não aumenta. Ou seja, nós temos aumentado a dotação orçamental, mas não está a aumentar a percentagem que, paralelamente, do PO SEUR. Mas também está em cima da Mesa a possibilidade de, no próximo Quadro Comunitário, voltar a estar outra vez o Ciclo Urbano da Água, por causa da questão da água, na linha da frente. Não só porque não é só um problema nacional, mas é um problema europeu. E, portanto, há sensibilidade também nesse sentido. Europeu, estou a falar agora de Fundos Estruturais, também, por causa da questão.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ó Senhor Presidente, apelava ao seu poder de síntese. Já ultrapassámos hora e meia, este tempo regimental.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Pronto e eu, e a hora e meia foi só minha? Não.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Não. Faz favor de continuar. Era só para alertar.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Era só para saber.

E, portanto, se nós tivermos condições que nos assegurem que, no próximo Quadro Comunitário, este Projeto, a maturidade dele é conseguida e o financiamento é 85%, nós, obviamente, migramo-lo por mais um ano porque o grau de maturidade permite que seja aplicado com uma celeridade possível.

Não se falei tudo. À, quer que eu fale da suspensão do Senhor Vereador Manuel Henriques.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ó Senhor Presidente, acha que isso é importante? É que já passa do horário.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Eu sei que sim. Mas eu agradeço o seu deferimento do que é importante para si. E respeito. Para mim, nem tanto. Mas respeito a opinião do Senhor Presidente da Assembleia, que não é a minha. Isto tudo para, dizer o quê? Amanhã? Então e depois? Já se acabaram reuniões de Câmara às duas horas e três horas da manhã. Portanto, não havia problemas. A senha de presença já está assegurada.

Portanto, o que nós estamos aqui a falar é só de uma coisa. É, como eu acho que há uma refinada ironia em o Partido Socialista falar em taxas de execução das Despesas de Capital, quando são iguais, com os condicionalismos que nós tivemos e com as prioridades que nós tivemos e que tivemos que tomar, acho também que vindo o Partido Socialista a falar em abandonos, é fantástico. Eu confesso que fiquei deleitado a ouvir a ler o seu excerto da ata. Porque é assim: Sobre abandonos, eu recorde-lhe que, na sua indignação, Senhor Deputado, o Partido Socialista teve no Executivo anterior, uma Vice-Presidente da Câmara em Exercício, em Exercício. E não sem Pelouro, como você enfatizou, que saiu, que saiu da Câmara Municipal e foi para uma empresa privada. Pronto.

Eu, Senhor Presidente da Assembleia, sobre este assunto, era só o que me aprazia dizer.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Então, passamos a outro.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Senhor Deputado João Paulo, sobre a questão do Centro de Saúde, que eu acho que é essa a questão mais fulcral que falou, além de, pronto, a sua aceção do concelho é sua, é respeitável. Mas sobre a questão do Centro de Saúde, nós já tínhamos dito aqui isso e diremos as vezes que forem preciso. Mas eu acho que o Senhor Deputado, da outra vez, também ouviu. O Município de Nelas não aceitou a Transferência de Competências na Área da Saúde. Por alguma razão não o fez. Já o disse aqui. Mas volto a dizê-lo outra vez e as vezes em que forem necessárias.

No que concerne à Educação, nós não tivemos alternativa. Se tivéssemos tido alternativa, pode acreditar que também não aceitaríamos a Transferência de Competências. Fomos obrigados. Podemos estar aqui com o relambório. Neste momento, já vamos com mais de 60.000,00 euros a menos de transferência, só para Remunerações de Funcionários. Se nós fossemos levar à letra, deixávamos de pagar aos Funcionários do Ministério. Já que são do Ministério, nós não pagávamos aos Funcionários do Ministério. E de quem era a responsabilidade? São 64.000,00 euros a menos. Mas todos os meses os Funcionários recebem por igual. E são tratados por igual. Além do que nós tivemos que adiantar em termos de funcionamento.

Na Saúde, também como nós aqui falámos, tivemos reuniões com a ARS, com a Associação de Saúde Regional. E, portanto, com a ACES. Tivemos reuniões sobre a questão da Saúde, sobre os Centros de Saúde e sobre as questões da Saúde. Os edifícios estão no estado em que estão e, particularmente, o de Nelas, com as condições que toda a gente sabe. E, obviamente, que nós não podíamos aceitar sem um conjunto de questões não estarem resolvidas. Entre elas, até os próprios, portanto, o Ministério, os Médicos, atenção a uma coisa, os Médicos, a gestão de como funcionam os Centros de Saúde dos horários, é do Ministério. Não tem nada a ver com o Município.

Quem gere o número de Médicos, o número de Enfermeiros, o horário, os Assistentes Técnicos, é o Ministério da Saúde. Só fica para as Autarquias os Assistentes Operacionais e a limpeza. Isto para dizer. Se o Senhor Deputado me deixar concluir. Não ouviu da outra vez o que eu lhe disse, mas, agora vou-lhe dizer outra vez para ouvir melhor. Não ouviu. Não ouviu. Não ouviu, não. Não ouviu. Acabei de dizer uma coisa:

Houve Municípios que aceitaram a Transferência de Competências. Houve outros Municípios que depois disso também aceitaram. O Município de Nelas, há outros, que não aceitaram. Não aceitaram enquanto não forem salvaguardados o Caderno de Encargos, ou as questões que o Município colocou. Entre elas, entre elas, também se falou e foram postas em prática, não só por isso. Não lhe vou dizer que vamos querer ficar com esse ónus, ou reclamara isso. Mas também fizemos por isso, da reabertura dos Postos de Santar e de Carvalhal Redondo.

Também foi debatido nessas reuniões com a ACES e com a Associação Regional de Saúde do Centro e não foi por isso, foi por muitas questões e, inclusivé, até com o pós-COVID-19 e pelo funcionamento, muitas questões. Mas o que é certo é que estão a funcionar. O prolongamento do horário não foi feito e enquanto não for feito, Senhor Deputado, o Município de Nelas não assina a Delegação de Competências.

Sobre a questão das Infraestruturas Sanitárias, não percebi muito bem. Está a falar de ETAR,s e fossas sépticas. Pronto, as ETAR,s estão, maioritariamente, concluídas. As ETAR,s, sim. As ETAR,s, sim. Fossas sépticas, fossas sépticas, foi como eu lhe estava a dizer. Nas fossas sépticas é feito o tratamento das fossas sépticas, é feita a recolha das lamas. É o que é feito em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

termos de fossas sépticas. De muitas de fossas sépticas? Não temos muitas. Não. Não temos muitas de fossas sépticas.

Sobre o Senhor Dr. José Vaz, pronto, sobre o Senhor Dr. José Vaz, da água, julgo que já falei sobre

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Estou esclarecido, ó Senhor Presidente. Mas falta a requalificação da água

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Mas, no Casal, está a funcionar, Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- No Casal está a funcionar?

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Agora, a outra questão que é para lhe falar também sobre isso, é assim: Eu percebo o seu desacordo. Respeito-o. Mas, se for para trazer cá a Reutilização da Água, traremos. E, depois, o Senhor Presidente concordará, ou não.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Está no Regimento, naturalmente.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Pois está no Regimento,

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- O Senhor Presidente, traga-o no PRR que eu subscrevo inteiramente.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Ou não. Mas o Senhor Presidente, depois tem legitimidade para votar a favor, ou contra, como qualquer outro.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Votarei contra, naturalmente.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Pronto. Muito bem. Eu votarei a favor. Não, mas voto onde posso.

Pronto, sobre a questão do grande Reservatório, acho que já falámos também. Sobre a questão de chover em alguns espaços. Sim. É verdade. Mas, por exemplo, era muito bonito, eventualmente, termos os nossos edifícios todos pintadinhos, com ar condicionado, ventilação e um quadro de Van Gogh. E, depois, ter os nossos meninos, as nossas crianças, com os calções rotos.

Portanto, nós optámos por uma questão: Primeiro o que é essencial. Como ouvimos esta semana um Iminente Muncipe deste Concelho, numa reunião que tivemos, primeiro, Iminência. Dá para perceber o que é, pronto. Primeiro, tapam-se os buracos do Banco. E, portanto, é isso que nós estamos a tentar fazer.

Sobre a Casa do Frazão, dizer uma coisa que acho que é de justiça dizê-lo: Há anos que o problema se arrasta e antes do famigerado ano de mandato, foi resolvida a questão com a celebração da assinatura. Portanto, acho que esse mérito também pode ser feito para o Executivo.

A Ponte que vai para Seia, a Ponte que vai para Seia é uma questão que nós falámos com o Eng.º Nuno Gama e ali, é uma questão da própria subempreitada que está lá feita. E, portanto, é um problema deles, com que nós, obviamente, entre outras coisas, andamos a falar, a insistir. Mas depende da Infraestruturas de Portugal, também como é óbvio.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado pelos esclarecimentos, da minha parte e, naturalmente, agradeço também nome de toda a gente. Propunha, antes de passarmos aos pontos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

da Ordem do Dia, um intervalo de dois minutos, para fumar, naturalmente. Dois minutos porque são onze e meia.

(Assim, foi feito um intervalo de cerca de dois minutos.)

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Agradecia aos Senhores Deputados para reocuparem os seus lugares. Posso continuar?

É o Período da Ordem do Dia.

Como habitualmente, nos termos do Artigo 19.º do Regimento, costumo fazer uma Súmula muito resumida dos pontos da Ordem do Dia, até passo a dar os Trabalhos. Vou fazê-lo outra vez.

O primeiro ponto é a Informação do Senhor Presidente da Câmara, da atividade desde 30 de junho até hoje.

O ponto n.º 2 é a Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas para estacionamento das pessoas com mobilidade reduzida. Parece que são criados novos 5 lugares, rampas, ou estacionamentos.

O ponto n.º 3 é a Aprovação de uma Proposta de Contrato de Prestação de Serviços através de um ROC. São 800,00 euros por mês. Dá 9.000,00 euros por ano. Está aqui a Proposta de 18.000,00 euros, sem IVA. Portanto, para os próximos 2 anos.

Depois, o ponto n.º 4 é apenas a apreciação da desagregação da Freguesia da Aguieira, de Carvalhal Redondo. Portanto, isto é um assunto que foi apresentado aqui em 30 de junho apenas como informação. Hoje, é apenas para apreciarmos.

Depois, iremos também apreciar a mesma possibilidade para Moreira/Santar.

Temos, ainda, o ponto n.º 5 que é uma Proposta de renovação da designação da Cidadã Sara Pereira Mestre Batista porque terminou o período de três anos que ela estava a desempenhar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. E, portanto, é para renovar por igual período.

E, outro, o último ponto que é Apreciar também, para conhecimento apenas, do Relatório semestral sobre a situação económica da Câmara Municipal.

Portanto, passávamos ao ponto 2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara durante este período de 30 de junho até hoje.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de agosto de 2022, bem como a sua situação financeira.

**SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO**

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Requalificação da Rede Viária;  
Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;  
Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;  
Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;  
Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas  
Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim  
Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim  
Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente  
Construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO)  
Construção da Área de Serviço de Autocaravanas  
Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar – CAVES”  
Requalificação do Mercado Municipal de Nelas  
Execução de Rotunda na EN 234 ao Km89+850 – protocolo estabelecido entre o Município de Nelas e as Infraestruturas de Portugal  
Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2  
Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas  
Obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução

### GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc;  
Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;  
Atualização de software e firmware da storage;  
Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;  
Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;  
Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;  
Resolução de 198 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

### MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Projeto “Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios”

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas realizou 4357 atendimentos, tendo-se verificado que os posto de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 39% do total destes seguidos do ISS e das Finanças com 27% e 34%, respetivamente:

### SERVIÇO DE DESPORTO

Projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado aos Jardins de Infância do concelho e adaptado à realidade pandémica, em concordância com as regras impostas pela DGS para a prática desportiva, sendo constituído apenas pelo bloco de Expressão Lúdico Motora com aulas a decorrer semanalmente nas instalações do Centro Escolar de Nelas para do Agrupamentos de Nelas e para o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim nas respetivas escolas do pré-escolar.

Continuidade do Projeto “Ténis de Mesa na Escolinha”, direcionado aos alunos dos 3.º e 4.º anos dos Agrupamentos de Nelas e de Canas de Senhorim. As aulas foram desenvolvidas semanalmente durante a hora de almoço, no Centro Escolar de Nelas e na EB do Fojo em Canas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

de Senhorim, com o apoio do Clube de Ténis de Mesa da Associação Desportiva e Cultural Lapense, tendo terminado a 30 de junho.

Cedência das instalações ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal. Tendo os treinos terminado a 30 de junho para o Futsal e a 12 de julho para o Andebol. Tendo começado a nova época 22/23 a 22 de agosto com a equipa sénior de futsal.

Cedência das instalações para treinos de Futsal da Associação Social e Cultural dos trabalhadores da Câmara Municipal de Nelas.

Cedência das instalações para treinos nos escalões Sub11, sub17 e seniores e jogos oficiais do SL Nelas.

Cedência das instalações para treinos e jogos particulares do SCN e Veteranos.

No dia 30 de junho terminou a atividade desportiva realizada pelos clubes.

A nova época 22/23 começou a 24 de agosto para o SL Nelas e SCN e Veteranos.

Decorreram as aulas da Escola Municipal de Natação nas Piscinas Municipais Cobertas para a época 2021/2022, com as seguintes modalidades: Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (sem orientação técnica) até ao dia 30 de junho.

No final da época estavam inscritos 212 utentes nas aulas com orientação técnica.

Da Escola Municipal de Natação (EMN) faz parte o grupo Pré-competição, grupo este numa vertente competitiva, participaram em competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação onde participam 14 escolas do distrito e das zonas limítrofes. Sendo uma época de retoma da atividade não houve a possibilidade de participar em todas as provas do calendário da competição. Devido às regras impostas pela DGS, esta época, reabrimos com horário adaptado e número de alunos por grupo menor que o normal.

Abertura das Piscinas Municipais Descobertas para a época banhar verão 2022, de 24 de junho até 11 de setembro. Contabilizando nesta época um total de 6565 de utilizadores entre pagantes e cedências.

### SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Requereram o Apoio ao Incentivo à Natalidade 9 agregados familiares, tendo os processos sido todos deferidos.

A Equipa do Serviço Municipal de Apoio à Economia Social continua a desenvolver a elaboração da Carta Social Municipal e a respetiva atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, contando para o efeito com a colaboração das diferentes entidades locais e outras que desenvolvem um trabalho com impacto social e comunitário no nosso concelho.

Reunião de trabalho com a Equipa de Acompanhamento pela transferência de competências para as Autarquias do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu.

Foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

Continuação do desenvolvimento dos projetos World Café e Brainstorming (Tempestade de Ideias).

### BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (só para os vídeos) da Biblioteca com os seguintes conteúdos – “Oficina do Óscar: Este Sábado há contos” (atividades para famílias), “Sabias que...curiosidades”, “O Sabichão” (conteúdos pedagógicos de apoio à aprendizagem), “Audiolivros”, “Poesia e leituras”, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, “leituras com humor”, no total de 85 publicações, neste período.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, nós procedemos à pesquisa e enviamos por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações.

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

Leituras 100 Idade - US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores mensalmente a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

Projeto a minha vida dava uma história com o total de 54 participantes.

Biblioteca itinerante - No mês de junho, aproximando-se o final do ano letivo procedeu-se à recolha dos livros emprestados nas escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância do Concelho. Total de empréstimos ano letivo 2021/2022: 3283 empréstimos

Oficinas múltiplas: Apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano. O culminar de todo o trabalho foi apresentado no dia 6/06 para os alunos do Ensino Secundário e no dia 8/06, para toda a comunidade, com a peça “Fragmentos”.

Projeto “verão a ler” nas Piscinas Municipais de Nelas em julho e agosto.

Venha desfrutar da leitura enquanto usufrui das piscinas municipais. Temos um frigorífico com leituras fresquinhas à sua espera.

Este foi o slogan utilizado para incentivar os utilizadores das piscinas descobertas a lerem livros, disponibilizados num frigorífico em fim de vida, reutilizado para o efeito.

Participação nas festas do município – feira do livro, com atividades de animação para a comunidade, na Praça do Município e para as escolas do 1.º CEB, na Biblioteca Municipal

Colaboração com a universidade sénior no projeto 5 jovens 5 seniores

Oficina “musicando poesia”, visando a sensibilização e a promoção do texto poético em miúdos e graúdos. Os participantes foram convidados a selecionar e a musicar um poema à sua escolha, fizeram a gravação áudio do resultado desse trabalho, e no final apresentaram-no aos colegas num pequeno espetáculo.

Projeto oficina de Stencil, dinamizada pelos Animadores Culturais Carlos Henriques e Luís Ribeiro, permitiu a criação de trabalhos muito originais e criativos pelos alunos das Equipas de Verão – 5 jovens, 5 seniores.

Colaboração com a universidade sénior na comemoração do dia dos avós. Sessão de contos “Os meus avós são super-heróis “

Exposição documental do arquivo municipal para assinalar o Dia Internacional dos Arquivos, 9 de junho

Exposição “1.ª Guerra Mundial: soldados do Concelho de Nelas na frente ocidental”

Reorganização da Biblioteca José Adelino, em Canas de Senhorim, em colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim, na mudança de instalações.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Dia Mundial da Criança – Pavilhão Municipal de Nelas;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Concurso Inter-Regional de Ideias de Negócio, no âmbito do Projeto Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões – Ensino Secundário;  
Planalto Beirão – Exposição Itinerante de Temática Ambiental;  
Viagem de Finalistas – 4.º Ano de Escolaridade I Jardim Zoológico de Lisboa;  
Eventos Finais Empreendedorismo I Projeto Wanted Escolas Empreendedoras CIM Viseu Dão Lafões Pré-Escolar e 1.º Ciclo – As Aventuras do Heitor e No Palco com o Gaspar e a Maria;

Parentalk 2.0 – Ciclo de Workshops Parentais, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo;

Encerramento do 3.º Período: Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes); Levantamento do número de crianças a frequentar e almoçar nas Atividades de Animação e Apoio à Família – Interrupção Letiva de verão e setembro 2022/2023;

Ensaio Afluentes – Dança - no âmbito do Alto Mondego Rede Cultural;

Projeto Férias em Açã – Verão 2022;

Projeto Até Já Escola! – Verão 2022 (Feijão Verde Fun Park);

Projeto Férias com Palmo e Meio – Verão 2022;

Preparativos para o arranque do Ano Letivo 2022/2023;

Caderno de Encargos para o Fornecimento de Refeições;

Boletins de Inscrição (Pré-Escolar – AAAF | 1.º CEB – Refeições e AEC);

Transportes Escolares;

Espectáculos Alto – Teatro - no âmbito do Alto Mondego Rede Cultural – Nelas, Mangualde, Gouveia e Fornos de Algodres;

Preparativos para a Feira do Vinho do Dão 2022: - Animação Infantil; - Concurso e Provas de Vinhos; - Espaço Showcooking; - Expositores; - Praça da Alimentação.

**ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:**

Continuação do plano de aulas no projeto “Música Maestro”

Continuação do plano de aulas nas AEC;

Continuação do cumprir do plano de aulas na Escola Municipal de Música de Nelas;

No âmbito do projeto “Todos ao Palco”, estabeleceram e deram cumprimento a um plano de ensaios com o objetivo de realizar uma apresentação de final de ano;

No âmbito da música, estabeleceram e deram cumprimento a um plano de ensaios com o objetivo de realizar uma apresentação de final de ano;

Apresentação à comunidade do Teatro de marionetas com os alunos do projeto “Todos ao Palco”;

Apresentação à comunidade do concerto de final de ano letivo dos alunos de Música;

Preparação e implementaram a reestruturação da Escola Municipal de Música de Nelas transformando-a na Academia Municipal de Artes;

**INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:**

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de agosto de 2022:

a) Dívida de médio e longo prazo: - 9.697.294,36 €;

b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 2.202.018,44 €.

c) Financiamentos Contratualizados (falta Visto TC): - 265.000,00 €

d) Financiamentos contratualizados por utilizar: - 1.600.000,00 €

e) Provisões/Responsabilidades contingentes: - 2.333.642,99 €



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Qual dos Senhores Deputados, ou Senhoras Deputadas, querem fazer alguma intervenção sobre este documento que vos foi enviado? Tem 2 páginas, ou 3. Senhor Deputado António Borges, já há bocado falou-se sobre isto. Penso que não se quer intervir outra vez. Não quer intervir? Pronto.

Sobre as obras já falou, naturalmente. Eu tenho vindo a insistir, naturalmente, nas Despesas Contingentes, sobretudo nos processos judiciais, porque desde o dia 27 de dezembro, que foi a última Assembleia Municipal desde o ano de 2021, nós sabíamos apenas que haviam 25 processos em curso. Não sabíamos o estado em que eles estavam. Se estavam na primeira fase, na segunda fase, se estavam para saneadores, se estavam para julgamento, se estavam para contestação.

Finalmente, chegaram agora e os Senhores Deputados receberam todos, naturalmente, a relação de quem tem os processos e quantos são, o respetivo valor e a fase em que estão. Penso que todos receberam. Não têm? Pedi para enviar. No final do ano tínhamos 25 processos. Não foi enviado este documento? Pois. Pronto. Não viram? Então, não falo nele. Não vale a pena falar nele. Passamos adiante.

Quer usar da palavra quanto a isto? Sim Senhor. Ai, quanto à Informação. Pronto. Sim Senhor. Faz favor. Se não há mais inscrição nenhuma, Senhor Deputado, faz favor.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara.

Relativamente a este ponto, pronto, é a Informação do Presidente. Está aqui. Só para dar duas, ou três notas, que acho que importam neste momento.

A primeira nota é que, ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, estivemos a falar, extensamente, sobre, o Senhor Presidente a falar, extensamente, sobre as finanças da Câmara e o seu descalabro e o Senhor Presidente da Assembleia também confirmou que não quer a contração de mais empréstimos por causa do que andou a dizer ao Povo que é, perfeitamente, compreensível e foi sufragado e eu concordo que nós devemos sempre e temos, por uma obrigação democrática, mas, para acima de tudo, obrigação moral de corresponder àquilo a que nos prometemos nas Eleições Autárquicas.

Agora, também existem consequências políticas e aquilo que se diz pode vir a ser verificado no futuro. E uma questão que pode já, desde agora, ser verificada um ano depois de ter havido a Eleição é logo: Dívida de médio e longo prazo: 9.697.000,00 euros. Onde é que estão os 17 milhões de euros? Juntamos cá a de curto prazo e tiramos a dívida excepcionada, que não conta para o endividamento. Dá, na mesma, 9 milhões de euros, 10 milhões de euros. Onde é que estão os 17 milhões de euros de dívida da Câmara? Onde é que está a situação de descalabro financeiro?

Já vamos ver na Prestação de Contas. Neste momento, existe, portanto, o limite de endividamento das Câmaras corresponde a 1.5% da Receita média anual dos últimos passados 3 anos. Que, neste momento, na Câmara Municipal, está nas Contas, é cerca de novecentos e qualquer coisa mil euros. Portanto, a Câmara, neste momento, tem uma capacidade de endividamento de quase 15 milhões de euros, 20% anual, Senhor Presidente. Anualmente, 20%. Mas o total da dívida, o total da dívida é 1.5% do rácio.

Claro que dentro desta margem de endividamento e que nós contamos com uma dívida, aproximadamente, conjunta, não excepcionada, de perto dos 10 milhões de euros. Contamos, quase com 4 milhões de euros, 5 milhões de euros de limite de endividamento. O Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

corrigiu-me e bem, não foi uma correção, mas foi mais uma complementarização daquilo que eu estou a dizer, que é a dívida pode subir 5 milhões de euros, 20% por ano. Portanto, é um cálculo que podemos fazer. Mas os 5 milhões de euros, para o seu mandato, pode sempre subir porque vai ter, pelo menos, mais 4 anos de mandato. Esse é o ponto n.º 1.

Ponto n.º 2, o Senhor Deputado João Alfredo e o Senhor Deputado André Borges, já fizeram o favor de vir aqui a este púlpito mostrar as suas preocupações. E, algumas das suas preocupações, eu também gostaria de acrescentar e é um facto que também pode ser aqui discutido no âmbito da Informação do Senhor Presidente da Câmara, que é o problema das Infraestruturas no Concelho de Nelas. E é o problema das Infraestruturas em dois Setores básicos, fundamentais, que toda a gente que está nesta sala tem que passar por eles. Que é a Saúde e a Educação.

E o facto é que, em 2021 existia e está aqui: Financiamentos contratualizados por utilizar: - 1.600.000,00 euros. Existia um Protocolo assinado com o Ministério da Educação, com a ARS, Entidades adjudicadoras dos Fundos Comunitários, que previa Construção, ou a Requalificação dos Centros de Saúde de Nelas e Canas de Senhorim e das Escolas Secundárias de Nelas e Canas de Senhorim. Haviam Projetos realizados, projetos realizados. E havia uma candidatura no âmbito dos Avisos de 2021.

Portanto, eu, muito humildemente, só quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara: Estão aqui estes 1.600.000,00 euros. Eu espero que estes 1.600.000,00 euros sejam para a construção das Escolas e dos Centros de Saúde porque nós falamos das infraestruturas e que chove aqui e que chove ali e que chove além. Mas, realmente, existe uma oportunidade, existe a Parceria protocolada com as Entidades competentes, existem os Projetos realizados e existem as candidaturas feitas.

Senhor Presidente, passou um ano. O que é que o Senhor Presidente e que é que o seu Executivo fez no sentido de pressionar, no sentido de corresponder a uma ânsia geral, não só desta Assembleia, não só da Câmara Municipal, mas de todo o Município e de todas as Comunidades, de ver completada estas obras? O que é que o Senhor Presidente fez? O que é que o seu Executivo fez no último ano para pressionar nesse sentido? Estas, as minhas preocupações, neste momento.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado. Se não há mais intervenções, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder quanto à situação financeira da dívida de médio, longo e curto prazo.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Senhor Presidente da assembleia, obrigado.

Senhor Deputado, obrigado pelos seus contributos. Só dois, ou três apontamentos.

O primeiro tem a ver com a margem efetiva disponível. Não é 5 milhões de euros, é 1 milhão de euros. Por favor, consulte a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão. Está lá bem visível isso. Começo por aí.

Segunda questão, sobre a questão da dívida, anual, anual. Na página 6. Deixe-me só depois dizer-lhe outra coisa da dívida, que também falou e remeto-lhe para a página 6, onde esteve aí também, onde há um equívoco seu. Esses 1.600.000,00 euros que estão aí são financiamentos contratualizados. Não são o que se está a referir, porque se estivessem no que se está a referir ainda era mais 1.600.000,00 euros, Senhor Deputado, de dívida.

Então, vamos fazer contas: Dívida de médio e longo prazo: - 9.697.294,00 euros. Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 2.202.000,00 euros, que, não sei se se recordam, era de 3 milhões de euros e aquela assunção do Executivo pagar a Fornecedores, fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

com que baixasse para este valor. Financiamentos Contratualizados. Eu, quando estava aí, não falava.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Tenho muita pena, mas não pode.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Financiamentos contratualizados. Tem tempo para falar nisso nas reuniões de Câmara. Financiamentos contratualizados: Falta o Visto do Tribunal de Contas. Tenha paciência mas não pode falar Senhor Vereador.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Pois não. Não pode falar.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Ó Senhor Vereador, peço-lhe desculpa, mas sabe o Regimento. Não tenho que lho ensinar. Financiamentos contratualizados: Falta o Visto do Tribunal de Contas: 265.000,00 euros. Financiamentos contratualizados por utilizar, esses 1.600.000,00 euros, não são as Escolas, nem é o Centro de Saúde. É o da Área de Acolhimento Empresarial. É o do CAVES e é o do Saneamento. Esses 1.600.000,00 euros são esses. Esses são o que não estão contratualizados. É um equívoco seu, Senhor Deputado. As Provisões e as Responsabilidades Contingentes têm que estar aí porque fazem parte, eventualmente, de Despesa que o Município venha a ter que realizar.

Estamos a falar, grosso modo, de 950.000,00 euros, sensivelmente, dos processos de 2013, que alguns vão chegando com custos grandes para o Município, não só pelo custo, como juros de mora, como os custos jurídicos associados. E é o Município que está a pagar isso tudo, de 2013, processos que, eventualmente, não iriam dar nada, ou que podiam ser, depois, futuramente, negociados, de forma a não ir para a barra dos Tribunais e onerar as Contas Públicas. E foram onerar as Contas Públicas. E estão a cair muitos milhares de euros de Serviços Jurídicos desnecessariamente. É destes valores que estamos a falar aqui.

E estamos a falar, sim, de alguns Contingentes nossos, de Despesas não instruídas., que estão lá consignadas. Estão lá. E na altura certa, quando a Sindicância tiver o seu resultado, cá estaremos para responder por eles e nos responsabilizarmos por eles também. Sem problemas nenhuns. Portanto, esse montante todo que está aí totaliza 16.100.000,00 euros. E faltam 1.600.000,00 euros que o Senhor Deputado falou. É fazer a conta, 1.600.000,00 euros das Escolas e dos Centros de Saúde. Pronto, mas o Senhor Deputado é que falou nele. Era só isso que eu lhe queria dizer.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Mas estão a pagar juros sobre eles.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Sobre os juros, deixe-me que lhe diga só uma última coisa sobre essa questão. Senhor Deputado, deixe que lhe diga uma outra coisa sobre os juros. É assim: Os encargos financeiros da Autarquia, mas acontece, com não foi valor fixo, temos a variável dos empréstimos e, portanto, já esta semana, nos empréstimos, nos começaram a cair valores com mais 20.000,00 euros dos empréstimos.

Era só isto que eu queria dizer. Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Passamos ao ponto n.º 2. Informação. Isto não tem votação. Á, quer? À, não tinha percebido. Desculpe. Faz favor.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Eu peço desculpa insistir. Mas o Senhor Presidente não respondeu à minha pergunta porque ainda e reconhecendo que esses 1.600.000,00 euros não sejam os das Escolas, eu continuo é a fazer-lhe a pergunta acerca das Escolas e qual é o ponto de situação? Que esforços é que fez? O que é que este Executivo fez? Mesmo não sendo estes 1.600.000,00 euros. Estes 1.600.000,00 euros não constam aqui e o Senhor Presidente da Câmara está a tentar projetar nas nossas visões e nas nossas mentes, uma dívida de 1.600.000,00 euros + 1.600.000,00 euros.

Ora e o Ativo e o Capital Social, o Capital humanístico nas Comunidades, que é ter duas Escolas e que é ter dois Centros de Saúde requalificados? Portanto, a um investimento destes, natural, corresponderá sempre uma Ativo na Sociedade. Portanto, a vida é muito cómoda e as Contas têm que andar direitinhas. Mas, não é só Contas porque as Comunidades têm necessidades reais e efetivas. E para isso não.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Só mais um, se me permite, Senhor Presidente, só mais uma notinha que é, o Senhor Presidente também falou das Despesas a Fornecedores e aqui, até admito que tenho dúvidas acerca de uma rubrica que está aqui na Prestação de Contas que faz assim, explique-me, sim, sim, do pagamento da Informação: Pagamentos em atraso e prazo médio de pagamentos, Diz aqui: Termina, assim.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ó Senhor Deputado, mas temos tempo de lá chegar. Ainda não chegámos lá.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Sim, sim. Mas, já que estamos a falar. Estamos a falar de Contas e se vem a propósito, é só uma notinha rápida. Que é: Contudo e a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, o prazo médio de pagamentos por trimestre era de 57 dias. Mas este cálculo era realizado e o ROC faz aqui a ressalva sem ter acesso a partir do dia 30/06/2022, a informação dos pagamentos em atraso e do prazo médio de pagamentos.

O que o ROC tem na sua posse é aquilo com que termina a última frase, que é: Em 30/06/2022 apresentava 579.791,00 euros de despesas em atraso. Despesas em atraso é: Despesas aceites, vencidas, que não foram pagas a mais de 90 dias. Senhor Presidente, responda-me relativamente a esta questão. Existem dívidas em atraso na Câmara Municipal, como diz a informação do ROC? Sim, ou não? A quem é que devemos dinheiro? Porque, a partir do momento em que temos pagamentos em atraso há um leque de circunstâncias legais que se impõem. Uma delas é a retenção do FEF. Temos FEF retido? Quanto? Dez por cento? Cinco por cento?

A segunda é: A quem é que devemos dinheiro? E a quem é que devemos dinheiro com um atraso a mais de 90 dias? Porque dever dinheiro com um atraso maior de 90 dias implica uma de duas coisas: Ou um processo judicial a exigir o cumprimento desta obrigação e o pagamento efetivo disto, que para a Tesouraria não deve ser nada confortável, ou implica, por outro lado, um corte do abastecimento de qualquer que seja o serviço que nós estejamos a usufruir.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Portanto, nós estamos a usufruir de água, de luz. Existe um monte de utilitas público de que este Município está a usufruir e que são pagos todos os meses, entradas na Tesouraria. E o facto de existir despesas com mais de 90 dias, pagamentos com mais de 90 dias em atraso, isso sim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

é que é um indicador de descalabro financeiro. E eu estou muito preocupado, Senhor Presidente, por favor, esclareça-me relativamente a esta questão.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Senhor Deputado, obrigado. Sobre Saúde e Educação, outra vez, pronto. Eu tinha falado, não sei se o Senhor Deputado se recorda, ainda no início desta sessão, na questão da Saúde, que os Projetos da Saúde e da Educação, pela CCDR, do que foi comunicado ao Município é que não havia orçamento para a sua prossecução. Nem orçamento e muitos deles, nem elegibilidade. Vou-lhe dar um caso concreto: Os da Educação, o Projeto da Educação do nosso Concelho tinha uma dotação orçamental, só do nosso Concelho, superior a todos os Concelhos da CIM Viseu Dão Lafões. É verdade, é. É confirmar isso. É indicativo, mas é o que é. Foi, meramente, indicativo, no que nos disse a CCDR, que é um valor astronómico. Então, só o valor. Vamos ver se nos entendemos.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ó Senhor Deputado. Se quiser, vai lá a terceira vez.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Vamos ver uma coisa: O valor indicativo é num valor indicativo para a CIM toda, para os 14 Concelhos. Há um Concelho que faz uma candidatura superior ao valor indicativo para todos os outros 14. Não é disso que estamos a falar, das necessidades educativas.

Ó Senhor Deputado, eu não tenho dificuldades em entrar em diálogo consigo. Sem problemas. Também nos entendemos sem problemas. Sem problemas. Com cordialidade. Cada um a defender o seu ponto de vista. Não haverá problemas. É só para tentar explicar o raciocínio. Para lhe dizer isto: Foi-nos dito, textualmente, isto: Este valor é astronómico e não é contemplável. Ponto.

Remeteu-nos para o 2030 e para a questão de Eficiência Energética, em particular. E isso foi comunicado aos próprios Agrupamentos também, com a possibilidade, com a possibilidade de haver reparação e requalificação. Mas no que está no espírito de recriar novas salas, salas fantásticas que toda a gente gostaria, não há possibilidade de isso ser feito. Foi isso que nos foi dito.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Não acabei, Senhor Presidente da Assembleia.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ai não. Peço desculpa.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Sobre a questão da Educação, era para falar disso.

Da Saúde, Senhor Deputado, foi aquilo que nós falámos. De facto, é assim: Os novos Projetos, para já, estão consignados em sede de PRR. E, portanto, há uma vantagem. Para já, o Projeto, enquanto está, está lá contemplado. Vamos ver depois, na distribuição financeira, qual é a parte que nos é atribuída em termos de financiamento. Mas, para já, está lá. E há uma vantagem para o Município que tem a ver com o financiamento.

Deixe-me que lhe diga outra coisa sobre o prazo de pagamento a Fornecedores. O risco que nós estávamos era antes de incumprimento. Nós, ao diminuirmos o prazo de pagamento para 37 dias evitámos que isso acontecesse. Sobre o FEF, deixe que lhe diga que nós, em FEF, não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

estamos em incumprimento nenhum. Aliás, do FEF, o que nós temos este ano é menos 600.000,00 euros, que vieram do FEF. Mas isso foi um acontecimento também que muitos Municípios tiveram, de dotação que muita falta nos fazia, que é a solidariedade de termos a distribuição do Orçamento do Governo para as Autarquias e depois, Senhores Presidentes das Juntas, sobrou para vocês, sobrou para nós. Isto é o efeito bola de neve. E, portanto, era isso que eu lhe queria dizer.

Os pagamentos em atraso, como pode ver, diminuíram, substancialmente. O que nós estamos aqui a falar é de um dado, meramente, indicativo. Como sabe e já estamos a apelar para esse ponto, o que nós estamos a falar aqui é de um Relatório intermédio. Há lá questões que são favoráveis, que no Exercício final, poderão não ser tão favoráveis. E ao contrário. Porque isto é, somente, também só uma projeção de 30 dias. E a referência que fez é a 30 de junho, também como lá está contemplado.

Vou-lhe dar um caso concreto do que lá está: Está, por exemplo, que nós, no período homólogo, neste primeiro semestre, temos realização de menos 560.000,00 euros de pagamentos a Funcionários. E isso não se vai repercutir, se calhar, no final. Porque, em sede de Orçamento, teve que ficar lá para o ano inteiro a remuneração dos Funcionários. Ora, houve Funcionários que consolidaram. Dos 51 Funcionários que consolidaram, houve Funcionários que consolidaram em 2021. E 28 passara para consolidação em 2022. Ora, o Orçamento tinha que prever, de janeiro a dezembro, a consolidação ser, eventualmente, feita em janeiro. A consolidação só feita no limite, em agosto, no final de agosto. Portanto, só teve repercussão em setembro.

Portanto, quer esta parte, quer depois a parte também da Delegação de Competências, que entraram 91 Funcionários novos a partir de 1 de abril, tem variabilidade no que está aqui expresso. Por isso é que nós estamos a dizer que é um indicador, como sempre defendemos. O do semestre tem indicadores e nós podemos pegar-lhe como de facto quisermos e entendermos. Mas o que vai valer mesmo é depois a Execução final em dezembro.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Por causa da gravação, faz favor.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Senhor Presidente, muito bem. Certíssimo. É isso tudo.

Agora este valor de pagamentos em atraso não é uma projeção. O valor de pagamentos em atraso é um valor que no dia 30 de junho deste ano existiam pagamentos na Câmara que datavam de há mais de 90 dias e que não estavam pagos. Eu acho que fui claro relativamente às consequências que isso pode ter.

Agora, a minha pergunta também era bastante clara. Que era: A quem é que devemos? Quanto é que devemos? Isso já está aqui expresso. E há quanto tempo é que devemos? Que é para eu saber, para os Membros da Assembleia saberem e para os Municípios saberem o que é que está em atraso e quais é quais é que são os Serviços que nós podemos ver cortados nos próximos meses.

As razões pelas quais existe este atraso do pagamento, o Senhor Presidente já explicou e creio que não poderá explicar melhor. Agora, acho que é importante saber para os Municípios e para esta Assembleia quem são e quanto tempo, que é para saber o que esperar relativamente aos Serviços contratualizados e fornecidos ao Município do qual todos fazemos parte.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Vou tentar ser breve, o mais breve possível, só para dizer uma coisa ao Senhor Deputado. O Senhor Deputado, o que acabou de colocar a questão, eu não sei. Está certa. O ano é que está desfasado. Se tivesse colocado essa questão em 2019 e 2020, tinha mais propriedade. Eu explico-lhe porquê. Porque as Contas todas que acabaram por pagar, de água, com as faturas metidas na gaveta, da água, de eletricidade, de saneamento, se não fosse feita hoje este reajustamento que agora foi feito, os pagamentos que agora foram feitos, aí sim, estávamos em incumprimento.

Mas deixe-me que lhe diga que não corre em esse erro, esse risco. Não corre porque temos as Contabilidades agora adequadas. Portanto, Senhor Deputado, quanto a isso, esteja assegurado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, eu daria por encerrado este ponto n.º 1. Senhores Deputados, Senhores Deputados, Senhores Deputados, podemos encerrar este ponto n.º 1. Senhores Deputados, podemos encerrar este ponto n.º 1, com uma ressalva. Não apreciamos aqui as Despesas Contingentes relacionadas com os processos judiciais em curso porque não foi enviada a listagem dos dois Advogados da Câmara aos Senhores Deputados. Ficará para a próxima Assembleia, naturalmente.

Pronto, ponto n.º 2 - Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - 5 lugares de estacionamento autorizado para pessoas com mobilidade condicionada.

Os Senhores Deputados receberam o Edital com a criação de 5 novos lugares. Punha à consideração dos Senhores Deputados se têm alguma consideração a fazer relativamente ao ponto n.º 2. Faz favor.

*O Senhor Deputado André Borges:*

- Mais uma vez, boa noite a todos.

Em relação a este ponto, tenho uma primeira dúvida. Pronto. É que no passado mês de março foi lançado um novo logotipo na BTL, com pompa e circunstância e neste caso só aparece o logotipo de Nelas Vive. Gostava de saber se este Projeto vem do Executivo anterior para ter essa menção honrosa, ou se foram falhas dos Serviços.

A segunda dúvida é que gostaria de ver também nas restantes Freguesias do Município serem também contempladas com placas para estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, junto às suas sedes de Freguesia, junto aos Postos de Correios, junto às Escolas, junto aos Postos de Saúde, junto aos cemitérios. No caso de Vilar Seco, não é necessário porque ainda não está construído o Parque de Estacionamento. Ou noutros locais onde sejam necessárias.

E sobre os lugares de estacionamentos autorizados para pessoas com mobilidade reduzida eu já aqui alertei, na Assembleia Municipal de 25 fevereiro e falei no lugar junto ao Largo da Caixa Geral de Depósitos sobre o espaço reduzido reservado para essa mobilidade, para essas pessoas. Que eu tenho aqui o Decreto-Lei n.º 163, que têm uma série de condições para esses ditos lugares. Eu vou aqui apresentar algumas, que é: Ter uma largura útil não inferior a 2,5 metros; Possuir uma faixa lateral com uma largura útil não inferior a 1 metro; Ter comprimento útil não inferior a 5 metros; o lugar reservado, por uma lotação, de 11 para 10 lugares, entre outras que poderão depois analisar.

E eu dou até outro exemplo, sem ser junto à Caixa Geral de Depósitos, aqui à porta. Nós temos aqui um lugar reservado para as pessoas com mobilidade reduzida que se o condutor for uma pessoa com cadeira de rodas, tem que abrir a porta da sua viatura, montar a cadeira de rodas no meio da estrada e depois seguir a sua vida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Pronto. Era só. Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. A menos que tenha alguma sugestão para resolver o problema. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

*O Senhor Deputado André Borges:*

- É cumprir o que diz o Decreto-Lei.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Faz favor, Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Sobre os dois pontos que o Senhor Deputado André Borges falou. Sobre o primeiro, se acha assim tão relevante, está, devidamente, assinalado, a pertinência que o Senhor Deputado julga a esta questão. Eu não a julgo. Não me ofende. Obviamente que foi um erro de impressão. Mas não acho isto relevante. Relevante é a substância.

Então, vamos à parte que é relevante, que é a substância. O que tem a ver aqui, tem a ver com o imperativo da Lei que decorre de um Serviço experiente que sabe o que está a fazer e que faz tudo muito bem. E, neste particular sentido escrupuloso do cumprimento da Lei. E, portanto, sobre esta parte é o que me apetece dizer. A Dr.<sup>a</sup> Susana Henriques fez esta informação. Esta informação foi validada pela Autarquia. E a localização não é estanque por aqui. Era o que havia para fazer, decorrente da Lei, dos Centros Habitacionais. E, naturalmente, haverá mais propostas posteriores.

Sobre as suas recomendações, Senhor Deputado, foram registadas e anotadas. Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado. Então, se não houver mais intervenções, íamos pôr a votação.

Quem vota contra? Quem se abstêm? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

*A Senhora Primeira Secretária:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - 5 lugares de estacionamento autorizado para pessoas com mobilidade condicionada, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, quanto à minuta: Quem se abstêm? Quem vota contra? Aprovada por unanimidade a minuta com 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra.

Ponto n.º 3 - Aprovação da Proposta de Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas do Município de Nelas até ao termo do prazo legal para a apresentação de Contas dos anos de 2022 e 2023, pelo período de 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, nos termos e para os efeitos do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Já tinha esclarecido há bocadinho que, para os próximos 2 anos, são precisos 18.000,00 euros + IVA. Os Senhores Deputados receberam esta informação do ROC e da necessidade de contratar. Portanto, 9.000,00 euros por ano, para os próximos 2 anos, 18.000,00 euros + IVA.

Parece que não haver ninguém no Concelho com capacidade, entendo eu, para desempenhar estas tarefas. Ou, pelo menos, se calhar, a este preço. De maneira que, intervenções dos Senhores Deputados sobre este ponto. Ninguém quer fazer? Então vamos pô-lo a votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção. Então, aprovado, por maioria e com uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Minuta.

*A Senhora Primeira Secretária:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Aprovação da Proposta de Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas do Município de Nelas até ao termo do prazo legal para a apresentação de Contas dos anos de 2022 e 2023, pelo período de 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, nos termos e para os efeitos do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção. Por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Vamos pôr a votação a minuta da ata: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada a minuta da ata, com 25 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção do Senhor Deputado João Paulo Almeida.

Ponto n.º 4: Então, é apenas – Apreciação, nos termos do art.º 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira, do dia 30 de abril de 2022, votada por unanimidade, da proposta da criação da Freguesia de Aguieira, a concretizar pela desagregação da atual União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, em duas freguesias, uma da Aguieira e outra a de Carvalhal Redondo e seu posterior envio à Câmara Municipal para emitir parecer no prazo de 15 dias.

Não tem votação, da desagregação da Freguesia da Aguieira. Os Senhores Deputados receberam, naturalmente, toda a documentação também. Há mais aqui alguma que é relacionada com mapas e com infraestruturas exigíveis. Penso que não terão muito interesse para os Senhores Deputados porque o interesse é mesmo da Câmara Municipal, para quem vai transitar o processo a partir de hoje, para, durante 15 dias, emitir o seu parecer.

Alguém quer fazer alguma apreciação sobre esta proposta de criar mais uma Freguesia, ou recriar? Ela já existiu. Ninguém quer?

Passamos ao ponto 5. O Ponto 5, que é – Renovação, mas por proposta, segundo informam, da designação da Cidadã Sara Pereira Mestre Batista para, durante o próximo período de 3 anos, continuar a fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Como apenas aqui está: Renovação, mas terá que haver proposta, ia pôr a votação, ou algum comentário anterior. Alguém se quer manifestar sobre este ponto? Mas aqui dizem que tem que haver proposta, porque se tem que haver proposta, não propomos nada. Apreciamos apenas.

Certo. Ninguém se opõe à renovação? Naturalmente. Pronto.

Passamos ao ponto seguinte, que são os novos em que autorizamos a introdução. Que é o Relatório semestral sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal, do Município. E, portanto, é só para conhecimento. Se os Senhores Deputados entenderem que devem fazer alguma intervenção, faz favor. Ninguém quer fazer intervenções sobre ele? Só uma? Faz favor.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- É só uma nota breve. Para dizer que, de facto, temos pagamentos em atraso. Mas isso não é importante, porque é uma projeção. Portanto, as que estavam vencidas a mais de 90 dias. Mas isso não é importante porque é uma projeção.

Depois, eu pedi que fosse dada a lista dos fornecimentos, quais é que estão, de facto, em atraso, que é para se saber, de facto, o que é que nos pode vir a ser cortado. Também não é relevante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Mas, tudo bem. Eu confio, plenamente, no Executivo, porque, no meio de toda a gestão financeira que faz para conseguir pagar a Fornecedores e ter Despesas em atraso, tem Orçamento para pôr mais um Vereador em Permanência. Portanto, de certeza que está tudo tranquilo.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Senhor Deputado, quando lhe falámos em projeções, estávamos a falar do geral, não estávamos a falar disso, mas às relações. Como sabe, as Câmaras têm que ter uma relação.

É assim: Eu tenho dúvidas se teríamos que, forçosamente, tornar isto tudo publicamente. Mas, não há problema nenhum também. Isso é uma prerrogativa e um direito que lhe assiste. Peça-o e terá direito a ele também na mesma. Sem problema, absolutamente, nenhum. Serve para si e serve para qualquer um.

Mas, depois, também pode ver, que está aqui, neste momento há dívida a Fornecedores, se quiser ver onde está, está em 1.700.000,00 euros, Senhor Deputado. Pode. Com certeza que sim. Deixe que lhe diga só uma coisa: Essa Informação é disponibilizada aos Senhores Deputados e aos Senhores Vereadores, que são os Órgãos eleitos politicamente. Não é sonogada informação. Mas tenho dúvidas a ela ser divulgada assim publicamente, de uma forma avulsa, porque estamos a falar também de questões que têm a ver com procedimentos também morais. E, eu, nessa parte, também acho que faz sentido. Agora, obviamente, que é um direito que lhe assiste. Se o Senhor Deputado quiser, será disponível.

Mas também bom aferir quem está aí e dizer-lhe que nós dissemos que nada seria cortado. E, portanto, mantemos isso. Alguma foi do ano passado e com bastante sacrifício e empenho. Mas foi isso que aconteceu. E como ver também nessa listagem, ainda bem que a viu também porque pode atestar que nós não estávamos a falar de cor, o Passivo a Fornecedores já está em 1.700.000,00 euros.

Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Ponto 7 - Apreciação, nos termos do art.º 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Santar e Moreira, do dia 24 de setembro de 2022, votada por unanimidade, da proposta da criação da Freguesia de Moreira, a concretizar pela desagregação da atual União de Freguesias de Santar e Moreira, em duas freguesias, uma de Santar e outra de Moreira e seu posterior envio à Câmara Municipal para emitir parecer no prazo de 15 dias.

Eu já expliquei aqui que esta nova Freguesia atrasou-se no seu processo, mas também temos urgência em resolver isso. Por isso, socorremo-nos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, em face da urgência. E, portanto, o Senhor Presidente da Junta de Santar comprometeu-se a entregar, nos próximos 15 dias, antes dos 15 dias, os elementos que ainda estão em falta, para a Câmara Municipal se poder pronunciar.

Naturalmente que temos aqui a minuta da ata em que esta separação nas Freguesias foi aprovada por unanimidade. Portanto, compete ao Senhor Presidente da Junta, que está aqui presente, encarregar-se de entregar na Câmara Municipal, diretamente, os elementos que estão em falta ainda hoje, para ver se não perdemos esta desagregação.

Enão, quer falar sobre isto? Faz favor. Desagregação é um palavrão. Ainda quer fala da de Carvalho Redondo? Já passou. Vai bater ao mesmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Deputado André Borges:*

- Ora, boa noite.

É só para lembrar o Senhor Presidente que, se calhar, vai ter que fazer uma Assembleia Extraordinária para a gente entrarmos em votação porque nós temos que votar a favor. Até ao dia 24, está a ficar.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Se nos próximos 15 dias andarem os dois processos, da Aguieira e de Moreira, em simultâneo, estamos dentro do prazo. Vamos ver. Portanto, compete ao Senhor Presidente da Junta de Santar.

*O Senhor Deputado André Borges:*

- Muito obrigado. Muito obrigado. Peço desculpa.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, encerrado aqui o Período da Ordem do Dia, vamos para a Intervenção do Público. Manuel Marques, de Vila Ruiva e o assunto. Não, não, só pode ser um e cinco minutos, faz favor. O Regimento diz que são 5 minutos. Bem, mas se for o único, se calhar tem mais tempo. Não sei. Dois, António Cândido Minhoto, de Caldas da Felgueira e o assunto. Então, Manuel Marques, António Cândido Minhoto. Raquel, de Vale de Madeiros, assunto? Rua da Escola. Sim Senhor, interesse municipal. O Público quer fazer mais alguma intervenção? Está ali uma Senhora. Não sei o seu nome. Peço desculpa. Maria do Carmo, reside em Nelas? Pois, é que o Regimento diz onde é que reside. Vive no Porto. Mas nascida e criada em Nelas. Minha Senhora, qual é o assunto? Isso não há. Não é isso, minha Senhora, tem que me dizer qual é o assunto. É obrigatório em termos regimentais. Não, ainda não está a falar, minha Senhora. Não. Diga-me. E na Rua? É no passeio? Diga-me o que é. Quer falar sobre quê? Passadeiras? Passeios? Ruas? Arruamentos. Sim Senhor. Não há mais intervenções? Faz favor, Dr. Manuel Marques.

*O Senhor Dr. Manuel Marques:*

- Muito boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Ex.m.<sup>as</sup> Secretárias,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhora Vereadora, Senhores Vereadores,  
Membros da Assembleia Municipal e não Deputados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Eu queria fazer aqui algumas considerações breves, porque o tempo é pouco e queria fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Uma são, como diria, considerações não, opiniões e umas são perguntas.

O gasto pessoal da Câmara Municipal em dezembro de 2013. Gastos com Pessoal em dezembro de 2021. Gastos com o Corpo Político em dezembro de 2021. É importante que se saiba para sabermos o que é que se gastou com o Corpo Político que secundava o anterior Executivo.

Senhor Presidente da Câmara, diz o Povo, de uma forma sábia que, dezembro de 2021, diz o Povo, de uma forma sábia que quem acusa os seus inimigos nas mãos lhe morre. Eu digo diferente: Quem acusa os seus adversários em política nas mãos lhe morre.

V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Executivo pouparam durante um ano quem o antecedeu. Eu compreendo-o. Compreendo, Senhor Presidente da Câmara, porque não foram vocês que levaram na pele, na carne, nos ossos, os ataques ferozes que eu sofri e a então Presidente da Câmara. Não vale a pena estar aqui a dizer o nome dela porque todos nós sabemos, todos nós sabemos.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Por isso, Senhor Presidente da Câmara, ainda bem que hoje o vi de uma forma diferente. Mais expansiva. Mais defensiva. E mais em contra-ataque porque o que o Povo quer saber como é que estavam as finanças da Câmara Municipal. Ainda hoje não sabemos. Ainda hoje não sei, efetivamente, quanto é que apareceu de faturas sem procedimento. Ainda hoje não sabemos.

Dizem-se que é 1.400.000,00 euros. Dizem que é 1.600.000,00 euros. Ainda hoje não sei quanto é que se gastou em honorários com alguns causídicos deste Concelho. Vinham para as parangonas do Facebook a dizer que eram do CDS, mas que se reportavam ao Partido Socialista. Ainda hoje não sei. Eu gostava de saber porque sou Cidadão, pago impostos neste Concelho.

Senhor Presidente da Câmara, eu gostava de saber se houve alguma indemnização ao Município pelos atrasos nas execuções das obras e algumas delas foram mais de dois anos. Falou-se aqui. Não quero comentar o que se falou. Mas eu dou a volta à questão e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, até hoje, houve alguma indemnização pelos atrasos nas empreitadas, designadamente, na construção da terceira ETAR de Nelas e designadamente no Sistema Intercetor. Quanto é que a Câmara, o Município de Nelas foi ressarcido por as causas terríveis que provocaram nos nossos Concidadãos e nossas Concidadãs. É importante.

Senhor Presidente da Câmara, eu nunca, nunca fugi nas vitórias e também nunca fugi nas derrotas. E nem vou falar nisso. Em fugas. Nem quero falar. Aliás, certamente, que o Parceiro do meu Partido certamente arranjará melhor Advogado para o defender. E, já agora, Senhor Presidente da Câmara, também gostava que dissesse, além dos trabalhos a mais, quais são as revisões dos preços destas obras que eu referi. É importante sabermos.

Há aqui uma questão, Senhor Presidente da Câmara, que é fundamental: Eu velo ali um casal idoso, por quem tenho respeito há muitos anos, conheço-o há muitos anos, há mais de 30 anos, a Mariazinha e o Senhor José Costa. Eles não precisam de Advogados. Certamente já têm Advogado constituído. Mas sei da aflição que eles vivem com uma casa que está a desmoronar junto à deles, uma casa em iminente perigo de ruínas. E todos nós sabemos que a Lei n.º 555 é a Lei que regula as urbanizações e edificações, se o proprietário não demolir a casa, a Câmara faz uma Vistoria prévia e a própria Câmara faz a sua demolição apenas, vai pedir depois para ser ressarcido ao proprietário.

Falámos aqui em Girabolhos. Falámos aqui em Girabolhos. Girabolhos é uma triste mágoa para quem esteve no Poder naquela altura. Triste mágoa mesmo. Uma mágoa mesmo triste. Esta não construção da Barragem de Girabolhos só serviu a quatro pessoas: Aos Presidentes da Câmara de então para ganhar eleições. Foi a quem serviu. Mais nada. Não serviu as populações. Aliás, permita-me o termo, Senhor Presidente da Assembleia, borrou-se aí algumas estradas com os 1.500.000,00 euros que se recebeu da Barragem de Girabolhos. E isso é que foi, toda a gente se esquece e isso é que levou à vitória depois em 2017.

Já agora, Senhor Presidente da Câmara, que se falou em Girabolhos, eu gostava de saber, sei que V. Ex.<sup>a</sup> também sabe, que do Protocolo pela não construção da Barragem de Girabolhos constava um Mapa onde se investia um milhão de euros, ou dois milhões de euros, nas Associações do Concelho e conforme eu fui coagido naquela reunião de Câmara, eu e o Vereador Adelino e o Vereador Alexandre Borges, por não querermos assinar este Protocolo, que aquilo era uma vergonha. E então juntaram lá as Associações todas e foi-lhe prometido que recebiam mares e fundos e isso consta de um documento que a Câmara tem e eu gostava de saber se já alguma vez estas Associações foram ressarcidas do que lhes foi prometido.

Vou dizer aqui uma coisa que posso ser, politicamente, incorreto: Mas eu, como digo, tenho 65 anos, casei-me uma vez e não casar outra. Fiz um contrato. Não faço outro. Portanto, já estou à vontade para dizer o que quiser e me apetecer. Mas quero dizer aqui de uma forma pública,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Senhor Presidente da Câmara, sou o Presidente da Comissão Política do CDS/PP. Serei candidato à Presidência da Comissão Política do CDS/PP quando terminar o mandato que tenho. E quero-lhe dizer uma coisa, Senhor Presidente da Câmara, nos seus olhos, na sua cara: No dia que o Joaquim Amaral deixar de ser Presidente da Câmara, eu, tudo farei para que não haja Coligação do CDS/PP.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Dr. Manuel Marques. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Ou, vamos ouvir todos. Ele, depois, responderá no final. Então, a segunda inscrição. Senhor António Minhoto, faz favor. Eu espero que seja só um assunto, Senhor Minhoto. Tem cinco minutos.

*O Senhor António Minhoto:*

- Bom, então, antes de mais nada, Obrigado. Boa noite.

Quero saudar a Mesa.

O Senhor Presidente.

A restante Vereação.

As Senhoras e os Senhores Deputados.

Os Presidentes das Juntas,

Estimado Público.

Obviamente, quero saudar e até porque também já fui Deputado Municipal em tempos que já lá vão e era Senhor Presidente da Câmara, na altura, ora o destino, Senhor Dr. José Vaz. E como Deputado Municipal, quero também mostrar a minha solidariedade ao Deputado André que teve a coragem de colocar aqui várias questões de qual eu também partilho.

Queria também, já agora, aproveitar ainda, antes de entrar nos pontos, agradecer aqui uma decisão que tomou esta Assembleia, que muito me honrou, porque eus ou Presidente, como sabem, da ATMU e aqui, esta Assembleia aprovou aqui um Voto de Louvor à ATMU por ela ter sido nomeada como Associação de Direitos Humanos. Portanto, agradeço essa decisão, essa vossa prontidão. E acho que o Concelho deve ficar grato também por isso porque, a nível nacional, só existem quarenta e poucas Associações que têm essa designação, em que a Assembleia da República designou como Associação dos Direitos Humanos. E isso é uma honra para nós todos.

Entrando nas questões que me trazem aqui. Eu queria falar de três questões muito rápidas, mas que queria discutir, que é Turismo, Ambiente e Saúde, que são as questões que eu, como sabem, participo e dedico muito da minha vida, da Cidadania, a estas questões.

Sobre o Turismo, nós estamos, nesta semana comemorou-se o Dia Mundial do Turismo. É importante e falou-se aqui em Economia, em Desenvolvimento, em Sustentabilidade, falou-se aqui em Investimentos. E, por isso, o Turismo é uma fonte central deste Concelho. E, nós, ao comemormos, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Membros da Assembleia, não podemos deixar que a principal fonte turística, que é as Caldas da Felgueira, continuem a ter um investimento e a ter uma evolução no ponto de vista de acolher esses mesmo Turismo, que não tem.

E eu fiquei hoje, por exemplo, entusiasmado quando vi, em Santar, na Praça da Alegria, a Festa das Vindimas, que dá uma projeção e que através da Felgueira, que recebe Turistas na ordem dos 10.000, 15.000 aqistas, pode ser também uma ajuda para alavancar na questão do escoamento dos produtos vinhateiros.

E penso que uma coisa tem a ver com a outra e vejo que nessa questão que hoje estamos a comemorar, a Câmara dedicou e está a dedicar lá uma aplicação dos 140 anos das Termas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Felgueira e que vai fazer uma distribuição pelo Concelho. Acho isso importante. Mas são 140 anos. Por acaso, há alguma empresa neste Concelho que tenha 140 anos? Que dê uma estabilidade económica e até social, como dá esta empresa? Eu digo isto porquê? Esta importância não tem sido, por vários Executivos Camarários, acompanhado.

Falou aqui o Deputado André e tem muita razão, a Felgueira e os Senhores Presidentes da Juntas, com sedes, de Nelas e de Canas de Senhorim, devem estar atentos a isso. As ruas, o arruamento, continuam a estar sem ser feito o disciplinar da questão dos arruamentos das limpezas, Senhor Presidente da Câmara, foi suspenso, não foi revogado o Acordo com a empresa que fazia a limpeza à Felgueira. Há um mês que não é feita a limpeza porque suspendeu-se o Acordo que estava com a empresa. E isso em benefício de quem? De ficarem aquelas ruas todas sujas de ervas, caem as folhas das árvores, fica tudo ali numa situação lamentável. Isto, para além do arruamento.

Mas, se estamos a falar em Turismo, temos que ver toda a paisagem e toda a importância. Eu já coloquei isto à Eng.<sup>a</sup> do Ambiente e duas questões centrais. A Câmara não tem culpa do lixo que põem junto às estradas. Não é a Câmara que o lá põe. Mas também ao permitir que uma Zona que era o antigo Campo de Tiro, que foi doado pelo nosso Conterrâneo António Monteiro à Câmara, está abandonado, leva também a que essas pessoas com mesmos escrúpulos, vão ali deitar o lixo e ficar aquele lugar, que devia ser um lugar aprazível, um lugar de lazer, um lugar cheio de resíduos, um lugar que, para quem visita e para quem vai para a Felgueira, é ver o contrário que deve ser.

E, depois, também mais acima, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados e, Senhor Presidenta da Junta, mais acima, naquele desvio que foi cortada a estrada, outras pessoas menos escrupulosas, deitam para lá lixo, deitam para lá material, deitam para lá resíduos que não deviam lá estar.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Minhoto, esgotou o seu tempo. Aliás, já ultrapassou em um minuto.

*O Senhor António Minhoto:*

- Só queria, então, já que estamos a falar em Turismo, em Ambiente e em Saúde.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, vamos à Saúde. Vá.

*O Senhor António Minhoto:*

- A questão que foi aqui falado muito sobre a questão do Centro de Saúde de Nelas. O Centro de Saúde de Nelas tinha as Urgências a funcionar. Foram encerradas as Urgências por causa do COVI-19. O COVID-19 não pode servir para tudo. E nós temos o Centro de Saúde de Nelas sem as Urgências. Estamos a encerrar às 5 horas. Estamos hoje com falta de Médicos. E diz aqui o Senhor Presidente da Câmara que não vai aceitar, sem ficar com a Administração que lhe é imputada, enquanto isto não for resolvido. Mas quem é que é prejudicado com isto?

O Movimento Cívico de Nelas, da Saúde, tem feito reuniões com a ACES Dão. Tem feito reuniões com as Juntas. Já propôs à Câmara uma reunião que esperamos que seja concedida porque a Saúde deve estar a questão fundamental e prioridade. Falar em sustentabilidade. Falar em fixação. Se não resolvemos os problemas básicos não temos cá as pessoas e mais os Idosos. E, por isso, nós, eu venho aqui dizer que todos aqui somos responsáveis, a Câmara, a Assembleia, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta. Esta questão da Saúde é fundamental. É fundamental e, por isso, dentro de dias vamos todos também ser chamados à atenção a dar a nossa opinião.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Agradecia que terminasse. Senhor António Minhoto, agradecia-lhe que terminasse.

*O Senhor António Minhoto:*

- Sim, eu termino já. Não quero ser aqui, até porque usou-se aqui tempo que também tive que estar aqui a ouvir. Mas, pronto, está bem, para nós é dado menos tempo. Pronto, só queri dizer que a Saúde, nestas questões do Centro de Saúde de Nelas, estão um problema, quer de Nelas, quer de Canas de Senhorim, que temos que dar a força necessária para resolver este problema porque também já os Postos Médicos de Santar e Carvalhal Redondo estão a sofrer porque dois dias que tinham, só têm um. E, agora, até está suspensa toda essa matéria. E, por isso, espero com esta Assembleia, com as Juntas e com a Câmara.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado. Senhora Raquel, de Vale de Madeiros. Cinco minutos.

*A Senhora Raquel:*

- Boa noite a todos.

Boa noite Senhor Presidente.

Eu sou de Vale de Madeiros e tive alguns problemas de inundações lá rua. Já foi intervencionado na Travessa da Escola. Venho agradecer porque foi uma obra espetacular. Está muito bem feito. Só que quero relembrar que, na Travessa da Escola, chegou-se à solução, mas existe a Rua da Escola, que é a Rua principal de Vale de Madeiros, que está degradada, uma estrada com buracos, completamente destruída. Cortaram árvores que não compreendo porque é que foram cortadas e deixaram tocos lá.

Eu não estou a tomar a culpa a ninguém. Eu não percebo de números. Não percebo de dívidas. Eu não percebo de nada disso. Eu sou uma simples Cidadã que quer ser tratada, exatamente, como todos. Vale de Madeiros foi abandonado estes últimos anos. São tocos de árvores que nós, para caminharmos, para fazermos apenas passeios, temos que ir para a estrada. Acho que é um perigo para toda a população e para quem nos visita.

Temos, agora um muro, mesmo abaixo da minha casa, mesmo ao fundo da Rua da Escola, portanto, a estrada está a cair para esse terreno. Pelo que eu sei, o Senhor Presidente da Junta de Canas de Senhorim, que tem feito um excelente trabalho, por parte da população, esteve-nos a dizer que seria um perigo manter ali a paragem dos autocarros. E vale mudá-la. Vamos fazer remendos. Remendemos aqui. Remendemos ali.

O que eu peço aqui é que olhem, eu já nem falo de Vale de Madeiros. Eu acredito que estão há um ano e que não podem fazer num ano aquilo que não fazem há, já ouvi isso. Não estou a pedir isso. Estou a pedir que têm que começar por algum lado. E aquilo está um horror. Ali corre-se perigo. Estão ali crianças. O tempo que vão mudar a paragem dos autocarros, comecem a intervencionar toda a rua aos poucos, com tempo, sim, mas comecem. E eu venho aqui para que se recordem de nós. Para que isto não seja mais uma promessa.

É só isto que tinha aqui para dizer. Boa noite.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Raquel. A Câmara já fez metade? A Câmara, ou a Junta. Falta fazer a outra metade. Por aquilo que percebi. Essa parte já está. Última intervenção, D.<sup>a</sup> Maria do Carmo, faz favor.

*A Senhora D.<sup>a</sup> Maria do Carmo:*

- Boa noite a todos.

Sou nascida e criada em Nelas. Vivo no Porto há 57 anos. Venho a Nelas numa média de 3, 4 vezes por ano. E cada vez que cá venho, às vezes sinto uma tristeza maior porque é a minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

terra que eu adoro. E, portanto, se vão os parabéns pela Requalificação do Largo do Escanção, quanto ao resto pouco foi feito.

Nas Quatro Esquinas, na Rua da Estação, em frente à Senhora da Conceição, lá em cima e à Igreja, para mim é uma vergonha e é, desculpem a expressão, uma porcaria enorme que foi ali feita e que eu não concordo, eu, pessoalmente, outras pessoas gostarão, mas eu não concordo e não estou de acordo com aquilo que ali foi feito. Foi descaracterizar a Vila.

Eu assisti à inauguração da Caixa Geral de Depósitos. Estive lá com as crianças da Primeira Classe. Estava ali uma Zona bonita, de pedra, granítica, já que somos uma Zona granítica. E não sei porque é que foi feito o serviço que lá está feito. Portanto, a isso a minha tristeza. E se vão requalificar a Av.<sup>a</sup> João XXIII gostava que mantivessem a característica da Vila e não a descaracterizassem como fizeram naqueles sítios que eu já mencionei.

É isso. Boa noite.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhora D.<sup>a</sup> Maria do Carmo. Não havendo mais intervenções tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Vou tentar ser sintético.

Começo, naturalmente pela intervenção do Municípe Senhor Manuel Marques. Julgo que a maior parte da intervenção são considerações e não questões. Vou tentar ir ao que são as questões. Dos gastos com o Pessoal Político de 2013/2021 são o que são. As pessoas também as conhecem. Julgo que foi mais uma consideração que uma pergunta, julgo eu.

Em 2013? E em 2021? Em 2013, o Senhor Dr. Manuel Marques sabe muito bem quantos é que eram. Até era Executivo. Se você não se lembra, imagine o resto.

Em 2021, à data estavam em Exercício, neste Executivo, eu, a Dr.<sup>a</sup> Elsa e o Senhor Vereador Artur Ferreira. Em 2021. Você falou em 2021. Em final de 2021 estávamos nós os três.

Em setembro, tomámos posse em outubro. Quer antes, é isso? Em 2020, em 2020, é melhor ir para 2019. Eu sei onde é que você quer isso. Pronto. Eram quatro. Era o Presidente, eram dois Vereadores e eram dois Adjuntos. Era isso que o Senhor queria ouvir. Mas isso é 2019. Desculpem, três Adjuntos, Presidente e dois Vereadores. Chegou a ser Presidente, três Vereadores e dois Adjuntos. Depois, saiu um Vereador e entrou um Assessor. Era isso? Pronto. Então, esta parte está esclarecida.

Em 2013. Mas quer que lhe diga 2013 também? Quer que lhe diga 2013? Então, em 2013, o Executivo tinha Presidente, quatro Vereadores. Eu não estou a dar nomes. Estava-me a perguntar e eu estava a tentar responder-lhe.

Faturas sem procedimento, como tinha falado, Senhor Dr. Manuel Marques, houve uma reunião de Câmara onde isso foi falado, até por causa da Sindicância. E o Senhor Dr. Manuel Marques estava lá. É o que está na Sindicância de, neste momento, sem procedimento, é 1.350.000,00 euros. E está em Sindicância. Já lhe dissemos lá. Eu acho que o queria aqui era enfatizar outra vez isso. Basicamente, é o que eu percebo.

Na ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, os trabalhos a mais e complementares, enquanto não estiver concluído. Mas decorre do que está consignado em Lei. E como sabe, alguns deles, alguns destes trabalhos a mais votei favoravelmente. O Senhor Vereador, nuns absteve-se, noutros votou contra. Eu também votei contra noutros, dependendo dos trabalhos a mais que eram.

Sobre a Senhora D.<sup>a</sup> Maria e o Senhor José Costa. Ó Dr. Manuel Marques, eu vou tentar, com alguma bonomia também, dizer que o que está ali consignado é assim: A obra ainda não está entregue. Temos ali uma questão, nomeadamente na ETAR de Nelas III, com a Vala de Oxidação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

que está o processo também ainda a decorrer. E o remanescente que possa ser dito sobre esta questão é sobre os valores dos trabalhos complementares e dos trabalhos a mais. Houve atrasos. Houve prorrogações. Foram aceites as prorrogações. Certo? Não.

Sobre a D.<sup>a</sup> Maria e o Senhor José Costa, é uma casa que está já há muito tempo, diria muito mesmo, com problemas. Eu agradecia só, não levem a mal. É assim: Eu tenho discernimento para falarmos, embora não haja aqui a questão de estarmos em diálogo. E, portanto, não leve a mal. Fica o seu registo. Não leve a mal. Isso aplica-se a tudo. Se entrarmos aqui em diálogo, eu não tenho problemas nenhuns com isso. Mas não saímos daqui. Não tenho problemas nenhuns com isso. Não sou legalista nesta questão, mas tem que haver algum.

Pronto, então, D.<sup>a</sup> Maria e Senhor José Costa, aliás no que perguntou o Senhor Dr. Manuel Marques, nesta questão, tem a ver com isto, que é: A casa estava, de facto, a desmoronar. Houve uma Vistoria dos Serviços da Autarquia. O processo está a decorrer os seus trâmites processuais e legais. Está em fim de procedimento para pronúncia dos notificados. Findo o prazo, obviamente, que está estipulado na Lei, o Município fará aquilo que lhe está incumbido, que é proceder à reparação e à estabilização da casa e imputar os custos aos proprietários. É o que decorre da Lei.

Girabolhos e as contrapartidas das Associações: Do que é conhecimento generalizado, as contrapartidas foram mais em termos de infraestruturas e de estradas, de alcatroamento, do que, propriamente, de Associações. De Associações não tenho conhecimento avalizado também sobre isso. Isso decorre também do Exercício que foi feito na altura. Estava lá também. Por isso, de qualquer maneira, poderemos também ver essa questão, inclusivé naquelas questões que colocou enquanto Muncipe.

Quanto à questão do que referenciou politicamente, é uma questão sua. Mas eu não comungo dela. Continuo a achar a mesma coisa. E não é uma questão para mim, na minha modesta opinião, de Assembleia Municipal. Há outros lugares para esse efeito. Não invalidando que o que ouvi me possa, ou não, agradar. Mas, acho que não é um assunto para aqui. Portanto, não o vou explorar, como compreenderá e sabe bem a minha opinião sobre isso. E, portanto, remato com a questão das questões que colocou, se alguma ficou, peço-lhe desculpa. Se alguma ficou por esclarecer depois terei toda a disponibilidade em esclarecê-la de outra forma.

Em relação ao Senhor António Cândido Minhoto, fale na próxima Assembleia depois poderá colocar a questão do Ambiente, se assim o entender, que não teve a oportunidade de a aflorar. Mas, no Turismo, em termos de investimento nas Termas da Felgueira, deixe-me que lhe diga que é assim: Para si pode ser pouco. Mas alguns dos Presidentes de Junta que estão aqui ainda é capaz de ser menor. Mas, o que é certo é que, em termos de investimentos nas Caldas da Felgueira, houve algum. Houve algum e algum significativo e com correções e bem perto da parte central, como o Senhor António Cândido Minhoto sabe. É claro que nós nunca estamos satisfeitos com nada, Queremos sempre mais. Mas, em abono de verdade e em justiça, dizer que o investimento não tem sido feito e não se comparar com o que era anteriormente, não me parece que seja completamente correto.

Sobre a questão das lixeiras, concordo consigo plenamente. Mas também estamos a falar aqui de um problema que nós podemos resolver, obviamente, mas é algo que não conseguimos resolver, que é o civismo. O civismo é difícil. Agora que o Executivo tem que, apesar de não haver, remediar as coisas, sim. E tem que acudir.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ó Senhor Minhoto, já falou.

*O Senhor Presidente da Câmara:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Ó Senhor Minhoto, independentemente disso, não há nada que garanta que não aconteça. Há outros espaços onde há intervenção, onde houve intervenção e tem os mesmos problemas, ou problemas análogos. E um bem perto aqui de Nelas. Aqui, numa aldeia vizinha. Eu, é o que há pouco vos disse, eu adoro dialogar convosco, mas se quiser que eu continue a dialogar, eu continuo. Já dialoguei com um, com outro. Continuo.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Não Senhor. Não há diálogo. Senhor Minhoto.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Portanto, sobre a questão do civismo, estamos conversados. Sobre a questão do investimento também. Olhe, deixe que lhe diga uma coisa: Os Senhores Presidentes de Junta querem lá depois também. Naturalmente, se os espaços onde, eventualmente, isso acontece também com árvores também, com bancos, isso, eu acredito que sim. Mas também é verdade uma coisa: A Felgueira, com o investimento com o Aldeias de Portugal e com a parte, que até podem dizer que é menor, da parte cultural, das atividades culturais. Essa sim, são as que promovem também os territórios e chamam gente que criam dinâmicas. E é bom, às vezes, também falarmos nisso, no lado positivo e do lado bom e o que os Comerciantes também podem usufruir disso.

Sobre a Saúde, sobre a Saúde, é assim: A falta de Médicos, primeiro, deixe que lhe diga, Senhor António Cândido Minhoto, como também sabe, os rádios, que é uma coisa bonita, a palavra, do Centro de Saúde Nelas estão ocupados em termos de Médicos. São 6. Estão lá 6. Não, não, são 6, 4. São 6, 4. Agora, se eles, efetivamente, lá estão, ou não, isso aí já não é um problema nosso. Eu volto-lhe a dizer a mesma coisa: Onde é que é o problema da Câmara? O problema da Câmara é onde é, eventualmente, de pressão? Sim. De influência? Sim. De pedir? Sim. Mas, se o Ministério e o Governo assim não o entenderem, não o faz.

A responsabilidade disto é do Governo, deste, ou doutro qualquer. Eu não estou a falar só porque não é da minha cor. Poderia ser. Diria o mesmo, como o disse no passado. O que estamos a falar ali é da gestão dos Médicos e dos Enfermeiros. Deixe-me que lhe diga outra coisa. Se calhar, estaria a funcionar bem pior se a Câmara não tivesse lá posto Funcionários.

O Senhor Coordenador da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim agradece, sistematicamente, à Autarquia ter lá os Funcionários que a Autarquia lá põe não tinha obrigações de o fazer, para funcionar. E agradece também haver Funcionários, com a ajuda também da Junta de Carvalhal Redondo na Extensão de Saúde de Carvalhal Redondo. Em Santar também com o apoio de um Funcionário da Autarquia. E com uma parte, que é para aquilo funcionar, que é para ter as receitas e tudo, o Senhor Presidente da Junta também sabe isso, quem custeou a instalação da Internet e o funcionamento foi a Autarquia. E não se eximiu a isso. E não é da sua responsabilidade.

Portanto, é assim: Quando falamos em Saúde e dos papéis que cada um faz também se faz. Quando é pedido pelo Centro de Saúde quando quer Assistentes Operacionais, tem-nos. Canas de Senhorim, Nelas, Agora, desculpe, ó Senhor António Cândido Minhoto, já retorquimos o suficiente. Não leve a mal. Já retorquimos o suficiente, nós. Portanto, sobre a falta de Médicos não está referenciado. A questão é uma questão que tem a ver com o Ministério. A reunião já foi feita também nesse sentido. E o que está suspenso de Carvalhal Redondo e de Santar não é verdade porque estão em funcionamento.

A D.<sup>a</sup> Raquel, desculpe chamá-la D.<sup>a</sup> Raquel, Menina Raquel, tem razão, tem razão em muita coisa sobre o que falou. Mas, de facto, embora concordando consigo, desculpabilizar-me com Roma e Pavia, para si não é música para os seus ouvidos. Mas, de qualquer maneira, alguma intervenção já foi feita. E algumas das coisas que eram para fazer já foram feitas. Compreendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

não esteja feito tudo o que quer. Como foi falado aqui nas circunstâncias. Mas, alguma coisa já foi feita e o caminho faz-se caminhando.

No que diz respeito à D.<sup>a</sup> Maria do Carmo, dizer-lhe que, embora não esteja cá a residir, é uma boa altura para ponderar voltar a residir no nosso Município. Fica o convite feito. E fica o convite também feito para continuar a vir frequentemente. Agradecer-lhe as palavras sobre o Escanção. Dizer-lhe que sobre a Av.<sup>a</sup> João XXIII, naturalmente, que essas questões serão tidas em conta. Mas, naturalmente, o Projeto será um Projeto de algum urbanismo em termos de adequar aos nossos tempos.

Sobre a questão das outras obras que elencou, o Largo da Estação, o Largo de Nossa Senhora e o Largo da Caixa Geral de Depósitos não foram intervenção deste Executivo. Já foram intervenções anteriores. Não invalida que, isto é como tudo, é o que eu estava-lhe a dizer, podemos logo não concordar com estas e o Escanção podem não concordar outros. Isto, ninguém tem o pleno das coisas. Mas há um em que eu não concordo completamente. Que é o Largo da Caixa Geral de Depósitos, que eu acho que foi desvirtuado.

Posto isto, Senhor Presidente da Assembleia.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado.

Queria agradecer a todos por terem vindo. Vamos voltar a ver-nos muito brevemente.

Boa noite a todos.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: